

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de Junho de 2014



Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	71.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	3.863.071	3.791.353
1.01	Ativo Circulante	930.660	934.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.657	149.269
1.01.02	Aplicações Financeiras	676	2.023
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	676	2.023
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	676	2.023
1.01.03	Contas a Receber	769.772	642.447
1.01.03.01	Clientes	769.772	631.689
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	769.772	631.689
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	10.758
1.01.03.02.01	Recursos CDE	0	10.758
1.01.04	Estoques	11.278	6.979
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.742	98.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.742	98.666
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	53.742	98.666
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.788	8.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	74.747	27.436
1.01.08.03	Outros	74.747	27.436
1.01.08.03.01	Serviços em curso	10.036	11.411
1.01.08.03.02	Outros ativos circulante	64.711	16.025
1.02	Ativo Não Circulante	2.932.411	2.856.393
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	922.440	903.582
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	63	6.391
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	63	6.391
1.02.01.03	Contas a Receber	115.585	146.372
1.02.01.03.01	Clientes	115.585	146.372
1.02.01.06	Tributos Diferidos	331.633	324.564
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	331.633	324.564
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	475.159	426.255
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	21.744	19.152
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	51.761	47.853
1.02.01.09.06	Entidade de Previdência Privada	561	543
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	2.119	2.158
1.02.01.09.08	Ativo indenizável (concessão)	398.974	356.549
1.02.02	Investimentos	2.734	2.734
1.02.04	Intangível	2.007.237	1.950.077
1.02.04.01	Intangíveis	2.007.237	1.950.077
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.007.237	1.950.077

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	3.863.071	3.791.353
2.01	Passivo Circulante	896.431	763.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.896	26.129
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.896	26.129
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	23.896	26.129
2.01.02	Fornecedores	381.221	349.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	381.221	349.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	122.196	106.283
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.191	29.277
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	230	315
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	3.123	3.500
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	14.383	16.121
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.560	2.243
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	819	783
2.01.03.01.07	Outros impostos e contribuições	6.076	6.315
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	94.678	75.267
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	94.678	75.267
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.327	1.739
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	1.327	1.739
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	213.684	135.944
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	134.621	129.106
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	132.959	127.420
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.662	1.686
2.01.04.02	Debêntures	79.063	6.838
2.01.05	Outras Obrigações	142.521	136.177
2.01.05.02	Outros	142.521	136.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	119	165
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	18.325	18.625
2.01.05.02.05	Entidade de previdência privada	16.358	16.331
2.01.05.02.06	Outros Passivos	107.719	101.056
2.01.06	Provisões	12.913	10.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.913	10.090
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.753	3.623
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.160	6.467
2.02	Passivo Não Circulante	1.440.009	1.479.090
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.011.072	1.079.877
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	723.642	720.266
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	705.715	700.679
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.927	19.587
2.02.01.02	Debêntures	287.430	359.611
2.02.02	Outras Obrigações	354.713	340.986
2.02.02.02	Outros	354.713	340.986
2.02.02.02.03	Fornecedores	36.112	34.745
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	26.444	24.000
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	261.714	257.217

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	30.443	25.024
2.02.04	Provisões	74.224	58.227
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.224	58.227
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.052	1.052
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.268	20.530
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	51.904	36.645
2.03	Patrimônio Líquido	1.526.631	1.548.592
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	454.999	454.999
2.03.02.07	Remun de Bens Direitos const. capital próprio	30.077	30.077
2.03.02.08	Reserva de incentivo fiscal	73.004	73.004
2.03.04	Reservas de Lucros	409.060	409.014
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.214	14.214
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	276.261	276.261
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	550	504
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-55.001	-33.481
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	24.318	24.805
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponível para venda	24.318	24.805

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	900.143	1.760.195	801.225	1.620.599
3.01.01	Receita Bruta	1.274.986	2.454.906	1.127.593	2.249.709
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-374.843	-694.711	-326.368	-629.110
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-753.495	-1.522.193	-660.059	-1.283.388
3.03	Resultado Bruto	146.648	238.002	141.166	337.211
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-109.628	-203.178	-99.756	-195.771
3.04.01	Despesas com Vendas	-52.096	-102.647	-59.641	-114.858
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.532	-100.531	-40.115	-80.913
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.020	34.824	41.410	141.440
3.06	Resultado Financeiro	-43.090	-63.161	-29.211	-47.793
3.06.01	Receitas Financeiras	22.392	60.147	33.384	61.158
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.482	-123.308	-62.595	-108.951
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.070	-28.337	12.199	93.647
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81	6.817	1.182	-23.128
3.08.01	Corrente	0	0	-13.492	-15.737
3.08.02	Diferido	-81	6.817	14.674	-7.391
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.151	-21.520	13.381	70.519
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.151	-21.520	13.381	70.519
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,08240	-0,28810	0,17910	0,94420
3.99.01.02	PNA	-0,08240	-0,28810	0,17910	0,94420
3.99.01.03	PNB	-0,09060	-0,31700	0,19710	1,03860

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.151	-21.520	13.381	70.519
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-243	-486	0	-512
4.02.02	Ganhos (perdas) atuarial do plano de benefício definido	-368	-736	0	-776
4.02.03	Tributos s/ ganhos (perdas)	125	250	0	264
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.394	-22.006	13.381	70.007

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.796	287.514
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	118.248	288.106
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	-28.337	93.646
6.01.01.02	Amortização	80.936	75.182
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias cambiais e outras receitas financeiras	77.996	75.096
6.01.01.04	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-6.043	-4.748
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	7.749	5.526
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	21.659	14.795
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-35.712	28.609
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-100.452	-592
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-71.584	156.672
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	43.818	-39.027
6.01.02.03	Estoques	-4.299	586
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-2.967	-2.583
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	352	-5.573
6.01.02.06	Entidade de previdência privada	-18	-769
6.01.02.07	Outros ativos	-49.858	-40.099
6.01.02.08	Fornecedores	33.540	-11.365
6.01.02.09	Salários e encargos a pagar	-2.233	447
6.01.02.10	Encargos de dívidas e swaps pagos	-47.890	-33.937
6.01.02.11	Taxas regulamentares	2.144	-15.625
6.01.02.12	Imposto de renda (IR) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pagos	0	-16.039
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	15.913	38.739
6.01.02.14	Indenizações/contingências pagas	-18.770	-17.585
6.01.02.15	Entidade de previdência privada	-10.682	2.820
6.01.02.16	Outros passivos	12.082	-17.254
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.058	-169.537
6.02.01	Aquisição de intangível	-185.800	-143.761
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-143.625	-107.892
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	151.367	82.116
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.650	-70.346
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	70.917	43.770
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-64.181	-55.359
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	0	-48.980
6.03.04	Obrigações vinculadas	16.914	5.332
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-15.109
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-136.612	47.631
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	149.269	192.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.657	240.233

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	409.014	-33.481	24.805	1.548.592
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	409.014	-33.481	24.805	1.548.592
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	46	0	0	46
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	46	0	0	46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.520	-486	-22.006
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.520	0	-21.520
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-486	-486
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	409.060	-55.001	24.319	1.526.632

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	412.444	-132.506	-42.469	1.385.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	412.444	-132.506	-42.469	1.385.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.239	0	0	-11.239
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos adicionais	0	0	-11.337	0	0	-11.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.519	-512	70.007
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.519	0	70.519
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-512	-512
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	401.205	-61.987	-42.981	1.444.491

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	2.418.766	2.194.694
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.454.906	2.249.709
7.01.02	Outras Receitas	-26	-1.030
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-36.114	-53.985
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.627.317	-1.356.696
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.270.392	-1.056.575
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-356.925	-300.121
7.03	Valor Adicionado Bruto	791.449	837.998
7.04	Retenções	-80.936	-75.182
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-80.936	-75.182
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	710.513	762.816
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.147	61.158
7.06.02	Receitas Financeiras	60.147	61.158
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	770.660	823.974
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	770.660	823.974
7.08.01	Pessoal	96.514	72.634
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.293	56.599
7.08.01.02	Benefícios	31.523	23.541
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.131	10.106
7.08.01.04	Outros	-7.433	-17.612
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	570.948	570.739
7.08.02.01	Federais	131.127	141.668
7.08.02.02	Estaduais	436.979	426.631
7.08.02.03	Municipais	2.842	2.440
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	124.718	110.082
7.08.03.01	Juros	123.308	108.951
7.08.03.02	Aluguéis	1.410	1.131
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-21.520	70.519
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-21.520	70.519

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho****1. ÁREA DE CONCESSÃO**

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado de Pernambuco, que atende a uma população estimada de 8,9 milhões de habitantes em 184 municípios do Estado de Pernambuco, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo na Paraíba.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 99 mil Km², e atende a 100% do total dos domicílios do Estado de Pernambuco.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO**2.1. Mercado de Energia Elétrica****2.1.1. Evolução do Número de Consumidores Ativo**

Classe	Evolução Número de Consumidores				
	2T14	2T13	Variação 2014/2013 - %	Variação Vertical	
				2T14	2T13
Residencial	2.966.511	2.893.701	2,5%	87,8%	87,8%
Comercial	211.362	202.139	4,6%	6,3%	6,1%
Industrial	11.795	12.240	-3,6%	0,3%	0,4%
Rural	156.853	156.081	0,5%	4,6%	4,7%
Poder Público	23.036	22.245	3,6%	0,7%	0,7%
Iluminação Pública	5.316	5.458	-2,6%	0,2%	0,2%
Serviço Público	3.279	3.089	6,2%	0,1%	0,1%
Subtotal	3.378.152	3.294.953	2,53%	99,97%	99,97%
Consumo Próprio	975	949	2,7%	0,0%	0,0%
Suprimento	25	26	-3,8%	0,0%	0,0%
Total Fornecimento	3.379.127	3.295.902	2,53%	100,00%	100,00%

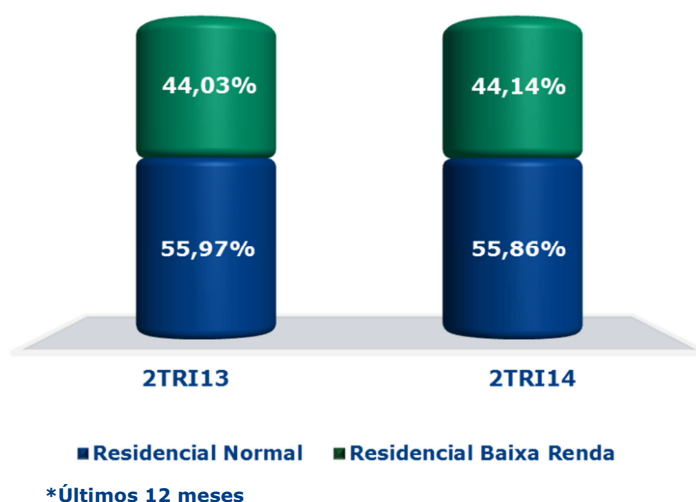
A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2014 com um número total de 3.379.127 consumidores, o que representa um crescimento de 2,53% em relação ao mesmo período de 2013. Esse crescimento representa um incremento de 83.225 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 72.810 novos consumidores. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo.

O número de consumidores residenciais em junho de 2014 representa 87,8% do total de clientes/contratos ativos, e do total de consumidores residenciais, 44,14% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

Comentário do Desempenho

2.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial (%)



2.2. Energia Vendida em MWh e Reais/Mil

Classe	2T2014		2T2013		Variação 2014/2013 - %		Variação Vertical 2T14	
	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)
Residencial	453.103	1.213	395.911	1.163	14,4%	4,3%	44,3%	43,1%
Industrial	136.677	388	109.830	343	24,4%	13,0%	13,4%	13,8%
Comercial	263.235	613	225.383	587	16,8%	4,3%	25,7%	21,8%
Rural	33.800	151	30.981	162	9,1%	-6,9%	3,3%	5,4%
Poder Público	68.628	176	60.502	170	13,4%	3,5%	6,7%	6,3%
Iluminação Pública	28.570	108	23.224	102	23,0%	5,9%	2,8%	3,8%
Serviço Público	39.539	161	32.565	155	21,4%	3,9%	3,9%	5,7%
Subtotal	1.023.552	2.808	878.396	2.682	16,53%	4,72%		99,89%
Consumo Próprio	-	3	-	3	-	-8,7%	-	0,1%
Total Fornecimento	1.023.552	2.811	878.396	2.685	16,53%	4,70%	100,00%	100,00%

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no segundo trimestre de 2014 foi de 2.811 GWh, representando um acréscimo de 4,70% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 4,3%, atingindo um consumo de 1.213 GWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Celpe, com uma participação de 43,1% e tem se beneficiado de políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um acréscimo de 13,0% tendo esse resultado refletido a entrada e ampliação de novas cargas.

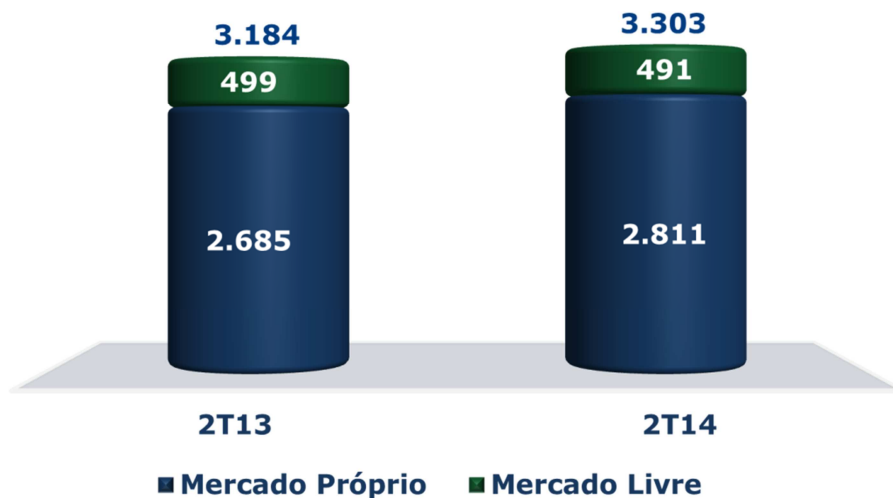
A classe comercial apresentou um acréscimo de 4,3%, reflexo do efeito copa do mundo, o qual melhorou o desempenho dos ramos de bares e restaurantes, hotéis e comércio varejista.

A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado decréscimo de 6,9%, resultado decorrente de aumento do índice pluviométrico.

Comentário do Desempenho

2.3. Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) pela Celpe no segundo trimestre de 2014 foi 3.303 GWh, 3,7% maior que o registrado no mesmo período de 2013. Percebe-se, no período, uma redução da participação do mercado livre, que foi de 15,66% no segundo trimestre de 2013 e 14,87% no segundo trimestre de 2014, evidenciando uma redução no processo de migração para o ACL.



Comentário do Desempenho

2.4. Balanço Energético - MWh

Legenda:									
2T14		2T13							
LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%			Contratos				Residencial	%
330.853	9,75%			3.392.601				1.212.712	43,14
389.803	11,90%			3.274.802				1.163.029	43,31
ITAPEBI	%			Uso Distribuidoras				Industrial	%
0	0,00%			36.314				387.828	13,79
0	0,00%			38.209				343.122	12,78
QUOTAS (HIDRO + ANGRA)	%			Mercado Livre				Comercial	%
981.469	28,93%			491.134				612.506	21,79
979.830	29,92%			498.507				587.177	21,87
TERMOPE	%			Perdas Rede Básica				Rural	%
851.760	25,11%			75.788				150.760	5,36
851.760	26,01%			72.009				162.014	6,03
NC ENERGIA	%			Sobras				Outros	%
0	0,00%			-112.150				447.586	15,92
0	0,00%			-103.774				429.804	16,01
AFLUENTE	%								
0	0,00%								
0	0,00%								
PROINFA	%								
62.634	1,85%								
61.063	1,86%								
MCS D	%								
35.145	1,04%								
-37.488	-1,14%								
LEILÃO ENERGIA NOVA	%								
1.109.301	32,70%								
1.015.743	31,02%								
TERMOAÇU	%								
0	0,00%								
0	0,00%								
LEILÃO FONTE ALTERNATIVA	%								
17.428	0,51%								
10.142	0,31%								
GERAÇÃO PRÓPRIA	%								
4.011	0,12%								
3.949	0,12%								

Injetada		Injetada		Mercado Próprio		Mercado Livre		Perda Distribuição		Uso Distribuidoras	
	%		%		%		%		%		%
3.956.411		3.956.411		2.811.392	71,06%	491.134	12,41%	617.570	15,61%	36.314	0,92%
3.843.283		3.843.283		2.685.146	69,87%	498.507	12,97%	621.422	16,17%	38.209	0,99%

A energia injetada atingiu o patamar de 3.956.411 MWh no segundo trimestre de 2014, um crescimento de 2,94% com relação a igual período de 2013. Do total da energia injetada, 71,06% foi destinada ao consumo regulado, 12,41% para o consumo do mercado livre, 0,92% para o suprimento de fronteira e 15,61% representam perdas no processo de distribuição no trimestre.

Comentário do Desempenho

Em 2014, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais), acumuladas até junho, apresentaram um decréscimo de 1,40 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.5.Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da CELPE, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.723 de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2014, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 15,99%, sendo 14,05% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,94% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 17,75% a ser percebido pelos consumidores cativos.



As novas tarifas entraram em vigor no dia 29 de abril de 2014 com vigência até 28 de abril de 2015.

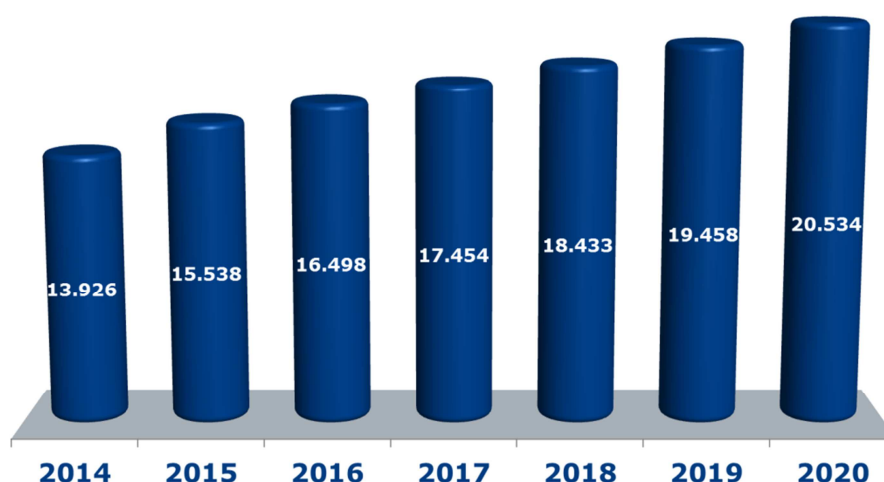
Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 17,86%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 17,69%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013.

2.6.Energia Contratada

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada para o período de 2014 a 2020 para o mercado das Distribuidoras do Grupo Neoenergia em 30/06/2014, baseada na expectativa de crescimento.

Projeção de Contratação de Energia 2014 a 2020 - GWh



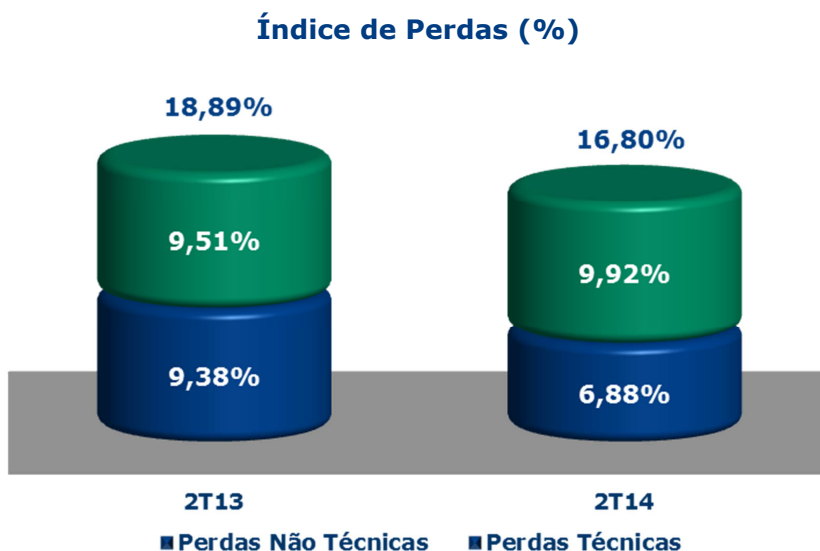
2.7. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de

Comentário do Desempenho

entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pelas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Celpe até junho de 2014, comparado ao mesmo período do ano anterior:



No primeiro semestre do ano de 2014, a Celpe apresentou uma diminuição no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2013. A distribuidora atua fortemente no combate às perdas e até o momento foram gastos cerca de R\$ 30,43 milhões. As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 58 mil inspeções e recuperação de 52,5 GWh de energia;
- Regularização de 6.106 consumidores clandestinos;
- Substituição de mais de 25 mil equipamentos de medição, com equipes de inspeção e de enlace;
- Instalação de 2.227 medições externas em clientes com impedimento de leitura;
- Atuação concentrada em áreas de perdas elevadas com aplicação de blindagem adequada as características do local, incorporando mercado, minimizando a possibilidade de realização de irregularidade e facilitando as ações comerciais como leitura, corte, religação, acompanhamento de cortados.
- Monitoramento e telemedição de unidades consumidora.

2.8. Arrecadação

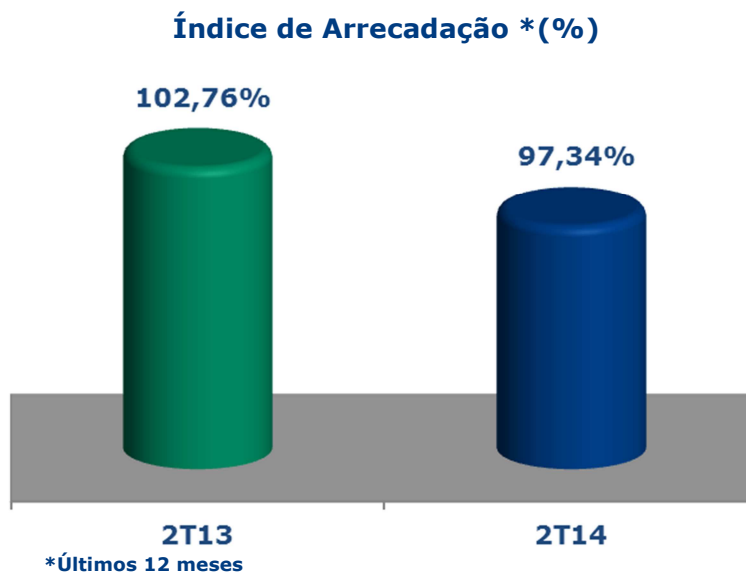
O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, definido pelo valor total arrecadado em relação aos valores faturados por fornecimento de energia, considerando o período acumulado dos últimos 12 meses.

Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta dos impactos por alteração de cenário do setor elétrico, a exemplo do reajuste tarifário autorizado em abril/2014 no valor médio de 17,75% e crescimento da curva de consumo, que também influenciou diretamente no comportamento do indicador no segundo trimestre de 2014. Analisando o comportamento do faturamento mensal no mesmo período, tivemos

Comentário do Desempenho

um crescimento de 16,17% em relação ao segundo trimestre de 2013 e 6,98% de crescimento da arrecadação em relação ao mesmo período.

Seguem abaixo o índice da Celpe em 2014 e seu comportamento em relação a 2013:



Apesar do resultado obtido no segundo trimestre de 2014 ser inferior ao mesmo período de 2013, as ações de recuperação de créditos foram intensificadas com foco em:

- Criação do Plano emergencial do IAR que intensifica a volumetria das ações de recuperação de crédito baseada no conceito de Matriz de Risco;
- Ações administrativas de menor custo, como URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagens), voltado para dívidas de baixo risco de recebimento, iniciando o processo de cobrança;
- Readequação das ações de campo (Suspensão de fornecimento, Acompanhamento de Cortados, etc.) para dívidas de maior risco de recebimento (maiores débitos);
- Redução do prazo de parcelamentos, reduzindo o risco da companhia e elevando a arrecadação das parcelas.
- Inclusões em órgãos restritivos de proteção ao crédito (SPC e Serasa);
- Ação de Visita com Negociação em clientes cortados das classes Comercial e Industrial;
- Cobrança de sinal na realização dos planos de parcelamentos;
- Cobrança de dívidas antigas com foco na redução da PCLD.

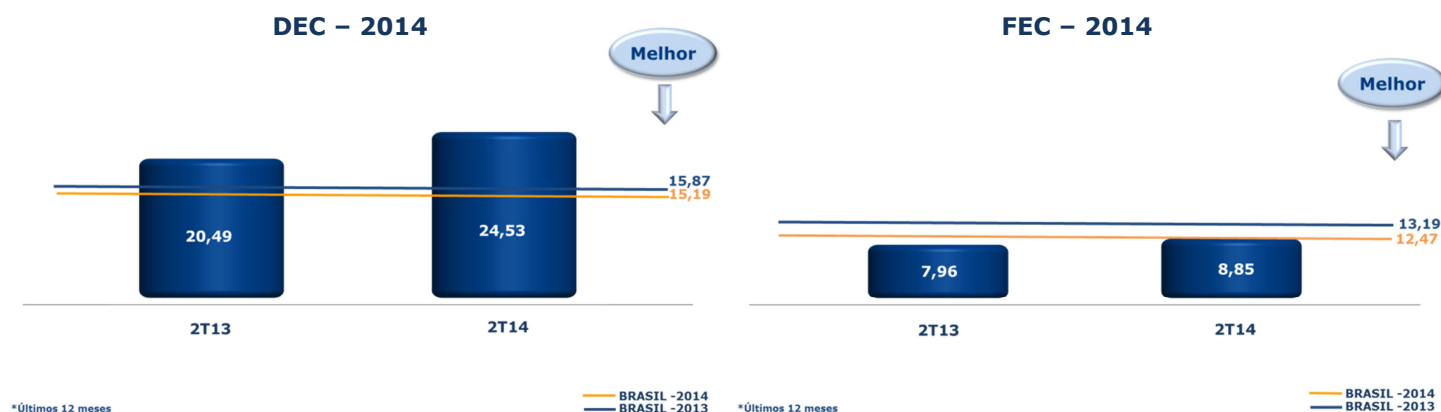
2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

No segundo trimestre de 2014, o DEC da CELPE ficou acima da média nacional, enquanto que o FEC abaixo da média nacional.

Os indicadores da Companhia, assim como os resultados apurados no Brasil, são comparados a seguir:

Comentário do Desempenho



Fontes: ANEEL - DEC e FEC Limite em 2014 - Referência Brasil.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 2º trimestre de 2014 o montante de R\$ 86.439 mil, acumulando o 1º e 2º trimestre em R\$ 185.800 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões incluindo o Programa Luz para Todos.

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Descrição	2T14		Acumulado até 30/06/2014	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas	Investimento	Subvenções
			Total	Realizadas
Geração	0	0	-109	0
Distribuição	79.835	0	176.279	-7.221
Comercialização	0	0	-324	0
Administração	6.605	0	9.954	0
Total	86.439	0	185.800	-7.221

R\$ mil

Comentário do Desempenho

3.1. Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

O contrato em vigor no Estado de Pernambuco foi assinado em setembro de 2013 e prevê a ligação de 8.957 unidades consumidoras pela CELPE. Os investimentos previstos são de aproximadamente R\$ 72 milhões.

De 2004, quando o programa começou, até junho de 2014, a distribuidora já realizou 96.710 ligações e 5.447 estão em execução. A previsão é de encerrar o ano de 2014 com 102.157 ligações realizadas em todo o programa.

Programa Luz para Todos	
Ligações executadas até 2009	93.200
Ligações executadas em 2010	-
Ligações executadas em 2011	-
Ligações executadas em 2012	-
Ligações executadas em 2013	874
Ligações executadas até 30/06/2014	2.636
Total de Ligações Executadas	96.710
Em execução	5.447
A executar	-
Ligações totais previstas pelo programa	102.157

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	2T14	2T13	R\$ Mil	%
Receita Bruta	1.274.986	1.127.593	147.393	13,07
Deduções da Receita Bruta	-374.843	-326.368	-48.475	14,85
Receita Líquida	900.143	801.225	98.918	12,35
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-753.495	-660.059	-93.436	14,16
Resultado Bruto	146.648	141.166	5.482	3,88
Outras Despesas Operacionais	-109.628	-99.756	-9.872	9,90
Resultado do Serviço (I)	37.020	41.410	-4.390	-10,60
Amortização / Depreciação	39.771	36.568	3.203	8,76
EBITDA	76.791	77.978	-1.187	-1,52
Resultado Financeiro (II)	-43.090	-29.211	-13.879	47,51
Resultado Operacional (I) + (II)	-6.070	12.199	-18.269	-149,76
IR e CSLL	-81	1.182	-1.263	-106,85
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	-6.151	13.381	-19.532	-145,97
Lucro do Período	-6.151	13.381	-19.532	-145,97

Comentário do Desempenho

4.1.1. Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2014 uma Receita Bruta de R\$ 1.274.986 mil (R\$ 1.127.593 mil no segundo trimestre de 2013), representando um acréscimo de 13,07%, e uma Receita Líquida de R\$ 900.143 mil (R\$ 801.225 mil no segundo trimestre de 2013), representando um acréscimo de 12,35%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Aumento da receita com o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 98.328 mil (20,17%), apesar de ocorrer redução da tarifa de energia conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº 1.429, de 24 de janeiro de 2013;
- Aumento de Disponibilização do sistema de distribuição em R\$ 53.195 mil, decorrente principalmente do aumento da tarifa de transporte em 2014;
- Redução de Outras Receitas em R\$ 4.729 mil, decorrente principalmente da queda da receita de ressarcimento de energia, em virtude da indisponibilidade de usinas térmicas em 2014;
- Aumento dos tributos ICMS e PIS/COFINS, devido principalmente ao aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços;
- Aumento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, decorrente de valor homologado maior do que o mesmo período do ano anterior, conforme Resolução Homologatória 1.699/14.

4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	2T14	2T13	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-544.902	-468.640	-76.262	16,27
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-29.252	-15.598	-13.654	87,54
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-1.182	-1.126	-56	4,97
Combustível para produção de energia	8.739	-2.058	10.797	-524,64
Subtotal	-566.597	-487.422	-79.175	16,24
Custos e Despesas Gerenciáveis	2T14	2T13	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-58.623	-49.984	-8.639	17,28
Material	-5.278	-3.746	-1.532	40,90
Serviços de terceiros	-81.711	-69.818	-11.893	17,03
Depreciação e amortização	-39.771	-36.568	-3.203	8,76
Provisões Líquidas - PCLD	-18.517	-24.470	5.953	-24,33
Provisões Líquidas - Contingências	-4.211	2.511	-6.722	-267,70
Custo de Construção	-73.569	-73.217	-352	0,48
Outros	-14.846	-17.101	2.255	-13,19
Subtotal	-296.526	-272.393	-24.133	8,86
Total	-863.123	-759.815	-103.308	13,60

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2014 correspondem a R\$ 863.123 mil (R\$ 759.815 mil no mesmo período de 2013), representando um acréscimo de R\$ 103.308 mil (13,60%).

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 76.262 mil, decorrente principalmente de:

Comentário do Desempenho

- ✓ Novos contratos para 2014: UHE Jirau, o 12º LEN (leilão de energia nova) e o 13º LEE (leilão de energia existente);
 - ✓ PLD - Aumento no custo em relação ao mesmo período do ano anterior, elevando o valor de compra das usinas térmicas.
- Aumento do custo dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, em R\$ 13.654 mil, decorrente principalmente da nova classificação do ESS para o ano de 2014;
 - Aumento do custo de pessoal, em R\$ 8.639 mil, decorrente principalmente do reajuste salarial, a redução da transferência do custeio para investimento e aumento do PLR;
 - Custo de Serviços de terceiros, em R\$ 11.893 mil, decorrente principalmente pelo aumento nos serviços de manutenção corretiva e de linha viva, Comunicação (Telefone e Internet), leitura de medidor, entrega de conta, auditoria e consultoria (pessoa jurídica) e encerramento de ordem - Serviços de Terceiro;
 - Redução das Provisões Líquidas PCLD e perdas conta a receber/consumidores, em R\$ 5.953 mil, em decorrência do aumento de número dos cortes realizados no segundo trimestre, crescimento do resultado da assessoria de cobrança, intensificação das ações de cobrança administrativas (URA/SMS e Negativação) e grandes negociações.
 - Aumento das Provisões líquidas contingências, em R\$ 6.722, decorrente principalmente do aumento da provisão cível em R\$ 3.873 e a realização da reversão trabalhista do segundo trimestre de 2013 superior ao mesmo período de 2014, em R\$ 2.010, impactando no aumento da despesa.

4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	2T14	2T13	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	2.179	4.844	-2.665	-55,02
Juros, comissões e acréscimo moratório	11.846	11.491	355	3,09
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-41.371	-17.323	-24.048	138,82
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-15.744	-28.223	12.479	-44,22
Total	-43.090	-29.211	-13.879	47,51

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 43.090 mil no segundo trimestre de 2014, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 29.211 mil no mesmo período de 2013, representando uma variação desfavorável de R\$ 13.879 mil.

Contribuíram para esse resultado:

- Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos), variação desfavorável em R\$ 24.048 mil, devido basicamente:
 - ✓ A novos ingressos de recursos provenientes do BNDES e FINEP, elevando as provisões de encargos dos financiamentos junto a estas fontes, à captação realizada junto ao Citibank, em Dezembro/2013, cuja moeda original é o Dólar, e ao aumento da taxa de juros (CDI) vinculada à parte do endividamento da companhia.
 - ✓ Atualização da Receita Financeira da Concessão, que é corrigida pelo índice IGPM onde no 2º trimestre de 2014 foi menor, do que no mesmo período de 2013, impactando na redução da receita em R\$ 4.538 mil;
 - ✓ Constituição da atualização financeira da provisão cível em R\$ 10.165;
- Outras Receitas (despesas) Financeiras Líquidas, variação favorável de R\$ 12.479 mil, decorrente principalmente:

Comentário do Desempenho

- ✓ Da multa moratória, em R\$ 7.860 mil, decorrente principalmente do reconhecimento de juros, referente ao pagamento do auto de infração produtor rural e poder público impactando no aumento da despesa no 2º trimestre de 2014.
- ✓ Da redução do valor reconhecido na despesa financeira da Previdência Privada, em relação ao mesmo período do ano anterior em R\$ 2.760 mil, conforme avaliação atuarial segundo deliberação CVM nº 695/13.

4.1.4. Principais Indicadores

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Variação %
	2ºT14	2ºT13	2ºT14/13
Receita Operacional Bruta	2.454.906	2.249.709	9,12%
Receita Operacional Líquida	1.760.195	1.620.599	8,61%
EBITDA	114.162	214.811	-46,85%
Resultado do Serviço	34.824	141.440	-75,38%
Resultado Financeiro sem JSCP	-63.161	-47.793	32,16%
Lucro Líquido	-21.520	70.519	-130,52%
Margem EBITDA (%)	6,49%	13,26%	-6,77 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	6,49%	13,26%	-6,77 p.p
Margem Operacional (%)	1,98%	8,73%	-6,75 p.p
Margem Líquida (%)	-1,22%	4,35%	-5,57 p.p

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	2ºT14	Dez/13	2ºT14/Dez/13
Ativo Total	3.863.071	3.791.353	1,89%
Dívida Bruta	1.360.739	1.353.102	0,56%
Patrimônio Líquido	1.526.631	1.548.592	-1,42%
Dívida Total Líquida	1.347.343	1.195.425	12,71%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	5,07	3,26	55,39%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,48	0,44	9,27%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,17	0,11	51,45%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,38	0,41	-6,12%

	Acumulado Até		Variação %
	2ºT14	2ºT13	2ºT14/13
Investimentos	185.800	143.761	29,24%
Indicadores de Produtividade	2ºT14	2ºT13	2ºT14/13
Nº de Empregados	1.689	1.653	2,18%
Nº de Consumidores	3.379.127	3.295.902	2,53%
Consumidores/Empregados	2.001	1.994	0,34%
Custos/Consumidores	-0,27	-0,23	18,95%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	1.042	980	6,30%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 2,53%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados.

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA (*)	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	2T14	2T13	2T14/13	30/06/2014	30/06/2013 Reapresentado	2014/2013
Lucro líquido	-6.150	13.381	-145,96%	-21.520	70.519	-130,52%
Despesas financeiras	65.482	62.595	4,61%	123.308	108.951	13,18%
Receitas financeiras	-22.393	-33.384	-32,92%	-60.147	-61.158	-1,65%
Imposto de renda	-4.164	-5.603	-25,68%	-15.308	14.287	-207,15%
Depreciação e Amortização	39.770	36.568	8,76%	79.337	73.371	8,13%
Amortização de ágio	4.245	4.421	-3,98%	8.491	8.841	-3,96%
EBITDA	76.790	77.978	-1,52%	114.161	214.811	-46,86%

5. ENDIVIDAMENTO

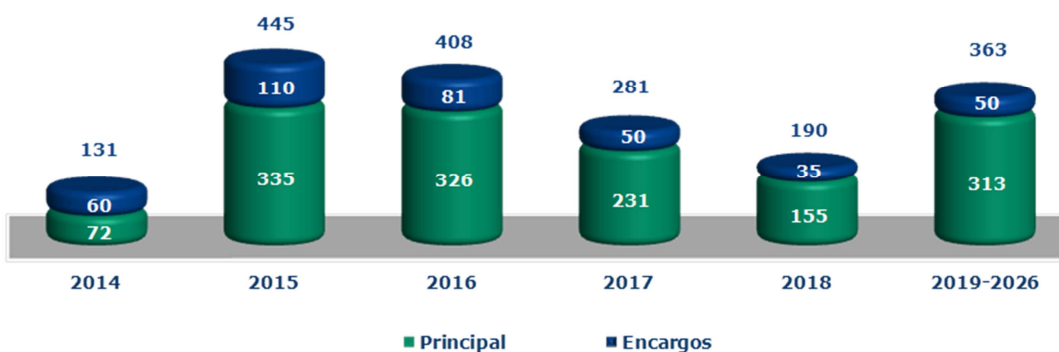
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 1.353.102 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.360.739 mil em 30 de junho de 2014. Este acréscimo de 0,56% ocorreu principalmente em função de novas captações e ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Celpe (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o segundo trimestre de 2014 com R\$ 1.347.343 mil (R\$ 1.195.425 mil em 30 de dezembro de 2013).

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,26 em 31 de dezembro de 2013 para 5,07 em 30 de junho de 2014 devido a evolução da dívida líquida ter sido superior ao crescimento do EBITDA no período.

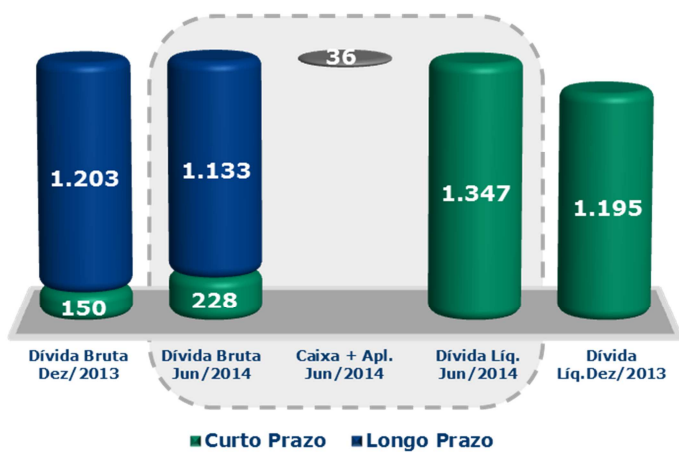
A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre principal e encargos.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Milhões)

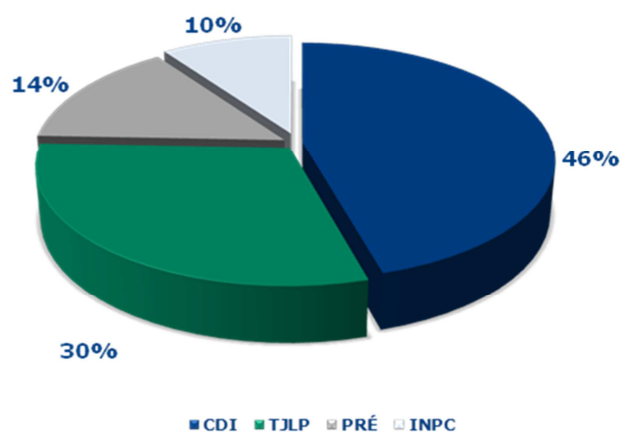


Comentário do Desempenho

Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



Endividamento por Indexador (%)



Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	Notas	30/06/14	31/12/13
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.657	149.269
Contas a receber de clientes e outros	4	769.772	631.689
Títulos e valores mobiliários	5	676	2.023
Recursos CDE		-	10.758
Impostos e contribuições a recuperar	6	53.742	98.666
Estoques		11.278	6.979
Despesas pagas antecipadamente		7.788	8.140
Serviços em curso	7	10.036	11.411
Outros ativos circulantes	8	64.711	16.025
TOTAL DO CIRCULANTE		930.660	934.960
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	115.585	146.372
Títulos e valores mobiliários	5	63	6.391
Impostos e contribuições a recuperar	6	21.744	19.152
Impostos e contribuições diferidos	9	331.633	324.564
Depósitos judiciais	10	51.761	47.853
Entidade de Previdência Privada	28	561	543
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	398.974	356.549
Outros ativos não circulantes	8	2.119	2.158
Investimentos		2.734	2.734
Intangível	12	2.007.237	1.950.077
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.932.411	2.856.393
TOTAL DO ATIVO		3.863.071	3.791.353

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/14	31/12/13
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	381.221	349.048
Empréstimos e financiamentos	14	134.621	129.106
Debêntures	15	79.063	6.838
Salários e encargos a pagar	16	23.896	26.129
Taxas regulamentares	17	18.325	18.625
Impostos e contribuições a recolher	18	122.196	106.283
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	119	165
Provisões	20	12.913	10.090
Entidade de previdência privada	28	16.358	16.331
Outros passivos circulantes	21	107.719	101.056
TOTAL DO CIRCULANTE		896.431	763.671
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	36.112	34.745
Empréstimos e financiamentos	14	723.642	720.266
Debêntures	15	287.430	359.611
Taxas regulamentares	17	26.444	24.000
Provisões	20	74.224	58.227
Entidade de previdência privada	28	261.714	257.217
Outros passivos não circulantes	21	30.443	25.024
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.440.009	1.479.090
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		409.060	409.015
Outros resultados abrangentes		24.318	24.804
Prejuízo acumulado		(55.001)	(33.481)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.526.631	1.548.592
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.863.071	3.791.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/04/14 a 30/06/14	01/01/14 a 30/06/14	01/04/13 a 30/06/13 (Reapresentado)	01/01/13 a 30/06/13 (Reapresentado)
RECETA LÍQUIDA	23	900.143	1.760.195	801.225	1.620.599
CUSTO DO SERVIÇO		<u>(753.495)</u>	<u>(1.522.193)</u>	<u>(660.059)</u>	<u>(1.283.388)</u>
Custos com energia elétrica	24.a	(574.154)	(1.141.808)	(484.238)	(958.017)
Custos de operação	24.b	(105.772)	(214.887)	(102.604)	(189.653)
Custos de construção		(73.569)	(165.498)	(73.217)	(135.717)
LUCRO BRUTO		146.648	238.002	141.166	337.211
Despesas com vendas	24.b	(52.096)	(102.647)	(59.641)	(114.858)
Despesas gerais e administrativas	24.b	(57.532)	(100.531)	(40.115)	(80.913)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL		37.020	34.824	41.410	141.440
Resultado financeiro		(43.090)	(63.161)	(29.211)	(47.793)
Receitas financeiras	25	22.392	60.147	33.384	61.158
Despesas financeiras	25	(65.482)	(123.308)	(62.595)	(108.951)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.070)	(28.337)	12.199	93.647
Imposto de renda e contribuição social		(81)	6.817	1.182	(23.128)
Corrente	9	-	-	(23.718)	(30.117)
Diferido	9	4.164	15.308	19.095	1.450
Imposto de renda - SUDENE	9	-	-	10.226	14.380
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	9	(4.245)	(8.491)	(4.421)	(8.841)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.151)	(21.520)	13.381	70.519
LUCRO/(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		(0,0824)	(0,2881)	0,1791	0,9442
Preferencial A		(0,0824)	(0,2881)	0,1791	0,9442
Preferencial B		(0,0906)	(0,3170)	0,1971	1,0386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de junho
 Em milhares de reais

	<u>01/04/14 a</u> <u>30/06/14</u>	<u>01/01/14 a</u> <u>30/06/14</u>	<u>01/04/13 a</u> <u>30/06/13</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>01/01/13 a</u> <u>30/06/13</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro/(prejuízo) do período	(6.151)	(21.520)	13.381	70.519
Outros resultados abrangentes				
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	(368)	(736)	-	(776)
Tributos s/ ganhos (perdas)	125	250	-	264
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>(243)</u>	<u>(486)</u>	<u>-</u>	<u>(512)</u>
Total do resultado abrangente do período, líquido dos efeitos tributários	<u>(6.394)</u>	<u>(22.006)</u>	<u>13.381</u>	<u>70.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ação	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	590.174	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	504	24.805	(33.481)	-	1.548.592
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	46
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	46
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	46
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.520)	-	(21.520)
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(736)	-	-	(736)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	250	-	-	250
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(486)	-	-	(486)
Saldo em 30 de junho de 2014	590.174	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	550	24.319	(55.001)	-	1.526.632
01/01/13 a 30/06/13											
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	590.174	30.077	73.004	268.523	118.035	14.214	335	(42.469)	(132.807)	11.337	1.385.772
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	98	-	-	(11.337)	98
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	98	-	-	(11.337)	(11.337)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	98	-	-	(11.337)	(11.337)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	70.519	-	70.519
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(776)	-	-	(776)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	264	-	-	264
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)
Saldo em 30 de junho de 2013	590.174	30.077	73.004	268.523	118.035	14.214	433	(42.981)	(61.988)	-	1.444.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

Ref.:	30/06/14	30/06/13 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	(28.337)	93.646
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	(*) 80.936	75.182
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	77.996	75.096
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(6.043)	(4.748)
Valor residual do ativo intangível baixado	7.749	5.526
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	21.659	14.795
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.712)	28.609
	<u>118.248</u>	<u>288.106</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(71.584)	156.672
IR e CSLL a recuperar	45.826	(19.098)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(2.008)	(19.929)
Estoques	(4.299)	586
Depósitos judiciais	(2.967)	(2.583)
Despesas pagas antecipadamente	352	(5.573)
Entidade de previdência privada	(18)	(769)
Outros ativos	(49.858)	(40.099)
	<u>(84.556)</u>	<u>69.207</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	33.540	(11.365)
Salários e encargos a pagar	(2.233)	447
Encargos de dívidas e swap pagos	(47.890)	(33.937)
Taxas regulamentares	2.144	(15.625)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(16.039)
Impostos e contribuições a recolher	15.913	38.739
Indenizações/contingências pagas	(18.770)	(17.585)
Entidade de previdência privada	(10.682)	2.820
Outros passivos	12.082	(17.254)
	<u>(15.896)</u>	<u>(69.799)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>17.796</u>	<u>287.514</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos		-
Aquisição de intangível	(185.800)	(143.761)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(143.625)	(107.892)
Resgate de títulos e valores mobiliários	151.367	82.116
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(178.058)</u>	<u>(169.537)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	70.917	43.770
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(64.181)	(55.359)
Amortização do principal de debêntures	-	(48.980)
Obrigações vinculadas	16.914	5.332
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(15.109)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>23.650</u>	<u>(70.346)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
	<u>(136.612)</u>	<u>47.631</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	149.269	192.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12.657	240.233
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(136.612)</u>	<u>47.631</u>

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Ref.:	30/06/14	30/06/13
			(Reapresentado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		2.454.906	2.249.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(36.114)	(53.985)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos		(26)	(1.030)
		2.418.766	2.194.694
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(1.216.662)	(1.002.791)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(57.026)	(49.634)
Matérias-primas consumidas	(*)	3.296	(4.150)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(356.925)	(300.121)
		(1.627.317)	(1.356.696)
Valor adicionado bruto		791.449	837.998
Amortização	(*)	(80.936)	(75.182)
Valor adicionado líquido		710.513	762.816
Receitas financeiras		60.147	61.158
Valor adicionado total a distribuir		770.660	823.974
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		48.674	45.545
Encargos sociais (exceto INSS)		11.131	10.106
Entidade de previdência privada		9.990	6.785
Auxílio alimentação		5.633	5.137
Convênio assistencial e outros benefícios		2.423	2.107
Despesas com desligamento		3.294	2.585
Férias e 13º salário		10.827	10.150
Plano de saúde		6.116	4.194
Indenizações trabalhistas		1.038	546
Participação no resultado		7.361	5.318
Administradores		1.792	904
Encerramento de ordem em curso		792	634
(-) Transferência para Ordens		(12.557)	(21.377)
Subtotal		96.514	72.634
Impostos, taxas e contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		11.895	10.901
ICMS		436.979	426.631
PIS/COFINS sobre faturamento		102.376	78.895
Imposto de renda e contribuição social		(6.817)	23.128
Obrigações intra-setoriais		23.673	28.744
Outros		2.842	2.440
Subtotal		570.948	570.739
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações cambiais		123.308	108.951
Aluguéis	(*)	1.410	1.131
Subtotal		124.718	110.082
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo		(21.520)	70.519
Subtotal		(21.520)	70.519
Valor adicionado distribuído		770.660	823.974

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras em 14 de agosto de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA

2.1 – Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos seis meses findos em 30 de junho de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 – Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

Em março de 2014 o Governo Federal através do Ministério da Fazenda de Minas e Energia comunicou algumas medidas adotadas para o fortalecimento do setor elétrico nacional, as quais foram concluídas e formalizadas através do Decreto 8.221/14. Esse decreto criou a Conta-ACR a ser gerida pela CCEE, destinada a cobrir as despesas das distribuidoras, entre fev/14 e dez/14, decorrentes da exposição involuntária no mercado de curto prazo e custo adicional do despacho das termelétricas na modalidade CCEAR por disponibilidade, autorizando o aporte adicional do Tesouro da CDE à Conta-ACR. Decorrente destas alterações no setor as distribuidoras passaram a registrar um ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 08, na letra c – Recursos CCEE - ACR / Eletrobrás CDE.

2.3 – Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013 e o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, corrigidos e/ou reclassificados e estão sendo reapresentados.

- a) Correção de erro, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em 2013, foram identificados ajustes do exercício de 2012, relacionados à retificação de erros: (i) na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão; e (ii) no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

- b) Reclassificações do passivo atuarial da despesa financeira para a despesa operacional para fins de melhor apresentação com as informações dos períodos anteriores comparativos.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 30 de junho de 2013:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balço patrimonial de 30 de junho de 2013.

ATIVO	30/06/13	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	30/06/13
	<u>(Divulgado)</u>			<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE				
TOTAL DO CIRCULANTE	1.001.769	-	-	1.001.769
NÃO CIRCULANTE				
Impostos e contribuições diferidos	372.178	4.375	615	377.168
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	293.768	-	(529)	293.239
Outros ativos não circulantes	273.029	-	-	273.029
Intangível	1.864.108	-	(1.281)	1.862.827
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.803.083	4.375	(1.195)	2.806.263
ATIVO TOTAL	3.804.852	4.375	(1.195)	3.808.032
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/13	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	30/06/13
	<u>(Divulgado)</u>			<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE				
Fornecedores	338.738	(250)	-	338.488
Outros passivos circulantes	804.100	-	-	804.100
TOTAL DO CIRCULANTE	1.142.838	(250)	-	1.142.588
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	26.951	13.118	-	40.069
Outros passivos não circulantes	1.180.885	-	-	1.180.885
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.207.836	13.118	-	1.220.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Lucro/(Prejuízo) acumulado	(52.300)	(8.493)	(1.195)	(61.988)
Outros PL	1.506.478	-	-	1.506.478
Total do patrimônio líquido	1.454.178	(8.493)	(1.195)	1.444.490
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	3.804.852	4.375	(1.195)	3.808.032

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Resultado referente ao trimestre e acumulado do período findo em 30 de junho de 2013.

01/04/13 a 30/06/13						
Publicado	CDE	RH 1406/12 Energia Eletromuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado	
RECEITA LÍQUIDA	799.279	1.946	-	-	-	801.225
CUSTO DO SERVIÇO	(604.631)	(59.832)	3.154	1.250	-	(660.059)
LUCRO BRUTO	194.648	(57.886)	3.154	1.250	-	141.166
Despesas com vendas	(56.529)	-	-	-	(3.112)	(59.641)
Despesas gerais e administrativas	(38.709)	-	-	(385)	(1.021)	(40.115)
LUCRO OPERACIONAL	99.410	(57.886)	3.154	865	(4.133)	41.410
Resultado financeiro	(33.313)	-	-	(31)	4.133	(29.211)
Receitas financeiras	33.415	-	-	(31)	-	33.384
Despesas financeiras	(66.728)	-	-	-	4.133	(62.595)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66.097	(57.886)	3.154	834	-	12.199
Imposto de renda e contribuição social	(17.144)	19.681	(1.072)	(283)	-	1.182
Corrente	(23.718)	-	-	-	-	(23.718)
Diferido	769	19.681	(1.072)	(283)	-	19.095
Imposto de renda - SUDENE	10.226	-	-	-	-	10.226
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	(4.421)	-	-	-	-	(4.421)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	48.953	(38.205)	2.082	551	-	13.381

01/01/13 a 30/06/13					
Publicado	RH 1406/12 Energia Eletromuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado	
RECEITA LÍQUIDA	1.620.599	-	-	-	1.620.599
CUSTO DO SERVIÇO	(1.288.563)	2.573	2.602	-	(1.283.388)
LUCRO BRUTO	332.036	2.573	2.602	-	337.211
Despesas com vendas	(114.858)	-	-	-	(114.858)
Despesas gerais e administrativas	(76.009)	-	(3.883)	(1.021)	(80.913)
LUCRO OPERACIONAL	141.169	2.573	(1.281)	(1.021)	141.440
Resultado financeiro	(48.285)	-	(529)	1.021	(47.793)
Receitas financeiras	61.687	-	(529)	-	61.158
Despesas financeiras	(109.972)	-	-	1.021	(108.951)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	92.884	2.573	(1.810)	-	93.647
Imposto de renda e contribuição social	(22.869)	(874)	615	-	(23.128)
Corrente	(30.117)	-	-	-	(30.117)
Diferido	1.710	(874)	615	-	1.451
Imposto de renda - SUDENE	14.379	-	-	-	14.379
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	(8.841)	-	-	-	(8.841)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	70.015	1.699	(1.195)	-	70.519

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referente 30 de junho de 2013.

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Em 30/06/13					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	590.174	558.080	401.204	(42.980)	(52.300)	1.454.178
RH 1406/12 Energia Eletronuclear	-	-	-	-	(8.493)	(8.493)
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	-	(1.195)	(1.195)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	-	-	-	-	(61.988)	1.444.490

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período findo em 30 de junho de 2013.

	30/06/13				
	Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
Receitas					
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	2.198.577	-	(3.883)	-	2.194.694
Outras					
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.015.365)	2.573	-	10.002	(1.002.790)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(39.632)	-	-	(10.002)	(49.634)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(299.100)	-	-	(1.021)	(300.121)
Outros	(4.151)	-	-	-	(4.151)
	<u>(1.358.248)</u>	<u>2.573</u>	<u>-</u>	<u>(1.021)</u>	<u>(1.356.696)</u>
Valor adicionado bruto	840.329	2.573	(3.883)	(1.021)	837.998
Amortização	(77.784)	-	2.602	-	(75.182)
Receitas financeiras	61.687	-	(529)	-	61.158
Valor adicionado total a distribuir	824.232	2.573	(1.810)	(1.021)	823.974
Pessoal					
Remunerações	45.545	-	-	-	45.545
Outros	27.089	-	-	-	27.089
	<u>72.634</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.634</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Imposto de renda e contribuição social	22.869	874	(615)	-	23.128
Outros	547.611	-	-	-	547.611
	<u>570.480</u>	<u>874</u>	<u>(615)</u>	<u>-</u>	<u>570.739</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros					
Juros e variações cambiais	109.972	-	-	(1.021)	108.951
Aluguéis	1.131	-	-	-	1.131
	<u>111.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.021)</u>	<u>110.082</u>
Remuneração de Capitais Próprios					
Lucro/(prejuízo)	70.015	1.699	(1.195)	-	70.519
	<u>70.015</u>	<u>1.699</u>	<u>(1.195)</u>	<u>-</u>	<u>70.519</u>
Valor adicionado distribuído	824.232	2.573	(1.810)	(1.021)	823.974

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período findo em 30 de junho de 2013.

	30/06/13				Reapresentado
	Publicado	RH 1406/12 Energia Eletro nuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro/prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social	92.883	2.573	(1.810)	-	93.646
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Amortização	77.784	-	(2.602)	-	75.182
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(5.277)	-	529	-	(4.748)
Valor residual do ativo intangível baixado	1.643	-	3.883	-	5.526
Outros	118.500	-	-	-	118.500
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	285.533	2.573	-	-	288.106
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS					
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	69.207	-	-	-	69.207
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS					
Fornecedores	(8.792)	(2.573)	-	-	(11.365)
Outros	(58.434)	-	-	-	(58.434)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(67.226)	(2.573)	-	-	(69.799)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	287.514	-	-	-	287.514
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(169.537)	-	-	-	(169.537)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(70.346)	-	-	-	(70.346)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA					
	47.631	-	-	-	47.631
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA					
	47.631	-	-	-	47.631

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	10.205	17.150
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	5.463
Fundos de investimento	2.452	126.655
	<u>12.657</u>	<u>149.269</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 100,8%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.246.296	1.216.143
Terceiros		1.246.296	1.216.143
Títulos a receber	(b)	4.484	22
Terceiros		4.484	22
Comercialização de energia na CCEE	(c)	22.144	28.557
Disponibilização do sistema de distribuição		13.649	14.787
Serviços prestados a terceiros		2.294	2.403
Serviços taxados e administrativos		41.690	47.036
Subvenção	(d)	93.205	57.418
Outros créditos		41.403	27.215
Terceiros		41.314	27.066
Partes relacionadas		90	149
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(579.809)	(615.520)
Total		885.357	778.061
Circulante		769.772	631.689
Não circulante		115.585	146.372

(a) Consumidores

	Saldo vencidos	Saldo vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13
Setor privado							
Residencial	109.788	65.953	382.531	558.272	574.037	(415.139)	(419.854)
Industrial	70.791	7.233	71.339	149.363	144.411	(56.229)	(81.023)
Comercial, serviços e outras	84.151	17.841	52.640	154.633	147.509	(45.523)	(48.660)
Rural	15.167	5.642	50.665	71.474	72.088	(24.433)	(26.480)
	279.898	96.670	557.175	933.742	938.045	(541.324)	(576.017)
Setor público							
Poder público							
Federal	7.815	690	2.801	11.306	12.178	(492)	(1.546)
Estadual	9.490	1.575	789	11.854	9.132	(516)	(1.471)
Municipal	79.045	4.197	6.257	89.499	91.723	(3.897)	(5.400)
	96.349	6.461	9.848	112.659	113.033	(4.905)	(8.417)
Iluminação pública	11.804	5.601	7.086	24.492	21.715	(5.909)	(7.182)
Serviço público	25.420	795	6.865	33.080	28.557	(5.527)	(5.222)
Fornecimento não faturado	142.323	-	-	142.323	114.793	-	-
Total	555.795	109.528	580.974	1.246.296	1.216.143	(557.666)	(596.838)
Circulante				1.142.051	1.077.398	(548.488)	(585.641)
Não circulante				104.245	138.745	(9.178)	(11.197)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, alugueis, custas processuais, dentre outros.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos vincendos	Total	
		30/06/14	31/12/13
Setor público		-	22
Setor privado	4.484	4.484	-
Total	<u>4.484</u>	<u>4.484</u>	<u>22</u>
Circulante		797	22
Não circulante		3.687	-

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 30 de junho de 2014 é de R\$ 22.144 (R\$ 28.557 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Subvenções/ Subsídios Governamentais

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis n^{os} 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 30 de junho de 2014 é R\$ 36.559, (R\$ 32.190 em 31 de dezembro de 2013), relativo às subvenções dos meses de maio (R\$ 17.766) e junho (R\$ 18.793) de 2014.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CDE

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

O saldo a receber em 30 de junho de 2014 é R\$ 56.646, (R\$ 25.228 em 31 de dezembro 2013), relativo às subvenções dos meses de Janeiro (R\$ 8.409), fevereiro (R\$ 8.409), Março (R\$ 8.409), Abril (R\$ 10.473), Maio (10.473) e Junho (R\$ 10.473) de 2014.

As referidas subvenções são calculadas mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(557.396)	(2.052)	(18.682)	(578.130)
Adições	(48.671)	-	-	(48.671)
Reversões	9.229	2.052	-	11.281
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(596.838)	-	(18.682)	(615.520)
Adições	(1.499)	-	(3.461)	(4.960)
Reversões	40.671	-	-	40.671
Saldo em 30 de junho de 2014	(557.666)	-	(22.143)	(579.809)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/14	31/12/13
Banco do Brasil		Fundo BB Polo	(*)	CDI	1	1.061
Bradesco	(a)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	7	4
Bradesco	(a)	LFT	mar-13	CDI	-	517
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	97	103
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	-
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	18	72
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	-
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	22	21
Bradesco	(a)	LFT	diversos	CDI	538	765
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	5.871
Banco do Brasil - LP		Fundo BB Polo	(*)	CDI	56	-
Total					<u>739</u>	<u>8.414</u>
Circulante					676	2.023
Não circulante					63	6.391

(a) Constituem garantia para leilão de energia.

(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	9.564
Aplicações	204.314
Resgates	(205.779)
Remuneração	<u>315</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>8.414</u>
Aplicações	143.625
Resgates	(151.367)
Remuneração	<u>67</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u><u>739</u></u>

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	2.494	30.712
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	2.960	19.082
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	23.548	23.600
Programa de integração social - PIS	(c)	3.597	3.515
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	16.639	16.275
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		4.227	5.015
Imposto sobre serviços - ISS		<u>277</u>	<u>467</u>
		<u>53.742</u>	<u>98.666</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	21.744	19.152
Total		<u>75.486</u>	<u>117.818</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008.

7. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/06/14</u>	<u>31/12/13</u>
Serviço próprio	2.862	1.991
Serviços prestados a terceiros	5.356	7.880
Transf. fabric. reparo de materias	<u>1.818</u>	<u>1.540</u>
Total	<u>10.036</u>	<u>11.411</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 22 – Outros Passivos).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados		2.527	755
Adiantamentos a fornecedores		8	8
Serviços prestados a terceiros		2.104	2.759
Alienações em curso		2.192	1.120
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	6.096	5.145
Cobrança extra judicial	(b)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		707	489
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Recursos CCEE - ACR/ Eletrobrás CDE	(c)	34.134	-
Subvenção CCC - F.de Noronha		11.159	-
Outros créditos a receber		675	679
Total		66.830	18.183
Circulante		64.711	16.025
Não circulante		2.119	2.158

(a) Valores de débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil – RFB que já reconheceu o direito da Companhia, porém realizou a compensação de ofício de débitos pendentes de forma indevida. Foi apresentada inconformidade com a compensação de tais débitos e será realizada nova análise pela RFB. Após novo despacho o crédito poderá ser compensado.

(b) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

(c) Refere-se principalmente aos ativos financeiros registrados em decorrência do Decreto 8.221/14 (Conta-ACR), conforme detalhado na nota explicativa nº2.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social	(I)	163.915	148.355
Diferido ativo		163.915	148.355
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	167.718	176.209
Total		331.633	324.564

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo			
	30/06/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	47.270	11.817	41.820	10.454
Diferenças temporárias	440.931	110.233	399.782	99.945
	<u>488.201</u>	<u>122.050</u>	<u>441.602</u>	<u>110.399</u>
Contribuição Social				
Prejuízos fiscais	47.270	4.254	41.820	3.763
Diferenças temporárias	417.909	37.611	379.928	34.193
	<u>465.179</u>	<u>41.865</u>	<u>421.748</u>	<u>37.956</u>
Total		<u>163.915</u>		<u>148.355</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	30/06/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89.636	89.636	84.859	84.859
Provisão para passivo atuarial	276.043	276.043	270.955	270.955
Provisão para demissão voluntária	665	666	79	79
Provisão jurídicas	87.137	87.136	68.317	68.317
Provisão PLR	3.119	3.119	8.324	8.324
Prejuízo fiscal	47.270	47.270	41.820	41.820
Incentivo fiscal Sudene	23.022	-	19.854	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	32.870	32.870	16.050	16.050
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	251.997	251.997	93.503	93.503
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	2.592	2.592
Outros ajustes de RTT	7.697	7.697	-	-
Outros	7.138	7.138	9.403	9.403
Total Ativo	<u>829.186</u>	<u>806.164</u>	<u>615.755</u>	<u>595.901</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(20.709)	(20.709)	(14.666)	(14.666)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(68.049)	(68.049)	(65.642)	(65.642)
Ativos e passivos regulatórios	(251.997)	(251.997)	(93.504)	(93.504)
Custo de captação	(230)	(230)	(342)	(342)
Total Passivo	<u>(340.985)</u>	<u>(340.985)</u>	<u>(174.153)</u>	<u>(174.153)</u>
Total Líquido	<u>488.201</u>	<u>465.179</u>	<u>441.602</u>	<u>421.748</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/14
	Ativo
2014	60.039
2015	25.259
2016	33.623
2017	31.700
2018	13.294
Total	<u>163.915</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2014 e 2013.

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	30/06/14		30/06/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(6.070)	(6.070)	12.199	12.199
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.245)	(4.245)	(4.421)	(4.421)
Ajustes decorrentes do RTT	98.672	98.672	(73.170)	(73.170)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	88.357	88.357	(65.393)	(65.393)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>22.089</u>	<u>7.952</u>	<u>(16.348)</u>	<u>(5.885)</u>
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	34	12	8	3
Multas indedutíveis	1	-	4	1
Depreciação veículos executivos	7	3	10	4
Excesso despesas previdenciárias	1.377	496	1.283	462
Outras adições	14	5	3.085	1.112
	<u>1.433</u>	<u>516</u>	<u>4.389</u>	<u>1.581</u>
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.060)	(742)	(2.145)	(772)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(10.226)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	-	-	(541)	-
Outras exclusões	-	-	(6)	-
	<u>(2.060)</u>	<u>(742)</u>	<u>(12.918)</u>	<u>(772)</u>
Imposto de renda e contribuição social no período	<u>21.462</u>	<u>7.726</u>	<u>(24.877)</u>	<u>(5.076)</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	-	-	973	350
Diferido de diferença temporária de RTT	(24.473)	(8.880)	16.933	6.094
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(3.011)</u>	<u>(1.154)</u>	<u>(6.971)</u>	<u>1.368</u>
Corrente	-	-	7.069	6.423
Recolhidos e Pagos	-	-	5.395	9.553
À pagar	-	-	984	(1.153)
Compensados e deduzidos	-	-	690	350
Impostos antecipados a recuperar	-	-	-	(2.327)
Diferido	<u>(3.011)</u>	<u>(1.154)</u>	<u>(14.040)</u>	<u>(5.055)</u>
	<u>(3.011)</u>	<u>(1.154)</u>	<u>(6.971)</u>	<u>1.368</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Período acumulado de seis meses findos em			
	30/06/14		30/06/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(28.337)	(28.337)	93.647	93.647
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.491)	(8.491)	(8.841)	(8.841)
Ajustes decorrentes do RTT	141.102	141.102	54.824	54.824
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	104.274	104.274	139.630	139.630
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	26.069	9.385	34.907	12.567
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	40	14	15	5
Multas indedutíveis	(1)	-	4	2
Depreciação veículos executivos	14	5	20	7
Excesso despesas previdenciárias	2.583	930	2.123	764
Outras adições	18	6	3.088	1.112
	2.654	955	5.250	1.890
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(4.120)	(1.483)	(4.291)	(1.545)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(14.380)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	-	-	(541)	-
Outras exclusões	-	-	(11)	-
	(4.120)	(1.483)	(19.223)	(1.545)
Imposto de renda e contribuição social no período	24.602	8.857	20.934	12.912
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	-	-	973	350
Diferido de diferença temporária de RTT	(36.068)	(12.699)	(15.355)	(5.527)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(11.466)	(3.842)	6.552	7.735
Comente	-	-	7.618	8.119
Recolhidos e Pagos	-	-	5.944	10.095
Á pagar	-	-	985	-
Compensados e deduzidos	-	-	689	350
Impostos antecipados a recuperar	-	-	-	(2.326)
Diferido	(11.466)	(3.842)	(1.066)	(384)
	(11.466)	(3.842)	6.552	7.735

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irrevogável, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto/2014.

A Companhia está avaliando seus processos a fim de concluir pela adoção antecipada das novas regras em 2014 e até a aprovação destas demonstrações contábeis intermediárias não possui expectativas de que tal conclusão irá gerar impactos relevantes nas suas demonstrações contábeis.

(II) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>30/06/14</u>	<u>31/12/13</u>
Trabalhistas	16.552	15.076
Cíveis	22.508	20.574
Fiscais:	<u>12.701</u>	<u>12.203</u>
PIS / COFINS	1.126	1.080
Impostos municipais	3.999	3.582
INSS	1.182	1.147
IOF	6.265	6.265
Outros	<u>129</u>	<u>129</u>
Total	<u><u>51.761</u></u>	<u><u>47.853</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (Vide NE 12) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2013		257.900
Baixas		(2.394)
Transferências		86.183
Atualização monetária / valor justo		<u>14.860</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>356.549</u>
Baixas		(918)
Transferências	(a)	37.299
Atualização monetária / valor justo		<u>6.043</u>
Saldo em 30 de junho de 2014		<u><u>398.974</u></u>

(a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no período.

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota explicativa 23) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/14				31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,72	3.441.304	(1.597.404)	(173.597)	1.670.303	1.686.805
Em curso						
Direito de uso da concessão		385.525	-	(48.591)	336.934	263.272
Total		<u>3.826.829</u>	<u>(1.597.404)</u>	<u>(222.188)</u>	<u>2.007.237</u>	<u>1.950.077</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	3.238.075	(1.377.622)	(180.925)	1.679.528	161.553	(6.371)	155.182	1.834.710
Adições	-	-	-	-	380.606	(25.208)	355.398	355.398
Baixas	(28.196)	19.037	-	(9.159)	(693)	-	(693)	(9.852)
Amortizações	-	(161.888)	9.440	(152.448)	-	-	-	(152.448)
Transferências - Intangíveis	170.455	-	(5.751)	164.704	(170.455)	5.751	(164.704)	-
Transferências - Ativos financeiros	(4.970)	-	-	(4.970)	(84.304)	3.091	(81.213)	(86.183)
Transferências - Outros	7.905	1.245	-	9.150	8.008	(8.706)	(698)	8.452
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>3.383.269</u>	<u>(1.519.228)</u>	<u>(177.236)</u>	<u>1.686.805</u>	<u>294.715</u>	<u>(31.443)</u>	<u>263.272</u>	<u>1.950.077</u>
Adições	-	-	-	-	185.800	(16.914)	168.886	168.886
Baixas	(14.412)	7.581	-	(6.831)	-	-	-	(6.831)
Amortizações	-	(85.756)	4.935	(80.821)	-	-	-	(80.821)
Transferências - Intangíveis	68.118	-	(1.295)	66.823	(68.118)	1.295	(66.823)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	364	-	-	364	(38.397)	733	(37.664)	(37.299)
Transferências - Outros (b)	3.964	-	-	3.964	11.525	(2.263)	9.262	13.226
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>3.441.303</u>	<u>(1.597.403)</u>	<u>(173.597)</u>	<u>1.670.303</u>	<u>385.525</u>	<u>(48.591)</u>	<u>336.934</u>	<u>2.007.237</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferência entre ativo intangível em serviço/financeiro de bens em decorrência de retificação de atributos técnicos.

(b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

No 1º semestre de 2014, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 2.151 (R\$ 2.243 no segundo trimestre de 2013), cuja taxa média de capitalização foi de 0,66% no período.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Fornecedores	30/06/14	31/12/13
Energia elétrica:	299.944	255.820
Terceiros	207.482	173.582
Partes relacionadas	92.462	82.238
Encargos de uso da rede	23.044	29.329
Terceiros	22.569	29.267
Partes relacionadas	475	62
Materiais e serviços	58.232	70.458
Terceiros	58.084	70.004
Partes relacionadas	148	454
Energia livre	36.112	28.186
Total	<u>417.332</u>	<u>383.793</u>
Circulante	381.221	349.048
Não circulante	36.112	34.745

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	30/06/14	31/12/13
Moeda nacional							
BNB 6	10% a.a	43	26.884	26.884	53.811	67.282	
(-) Custos de transação		-	(52)	(18)	(70)	(109)	
		43	26.832	26.866	53.741	67.173	
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa / TJLP + 2,12% aa / TJLP + 3,12% aa / 4,5% aa TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% aa / 5,5% aa	719	80.131	191.376	272.226	312.456	
(-) Custos de transação		-	(1)	-	(1)	(2)	
		719	80.130	191.376	272.225	312.454	
Eletrobrás	5% a.a	-	9.319	17.477	26.796	31.456	
(-) Custos de transação		-	(15)	(16)	(31)	(40)	
		-	9.304	17.461	26.765	31.416	
FINEP	TJLP + 2% a. a / 5% a a /	50	6.644	17.718	24.412	27.744	
(-) Custos de transação		-	(55)	(56)	(111)	(143)	
		50	6.589	17.662	24.301	27.601	
Banco do Brasil	108% CDI	1.860	-	145.000	146.860	145.000	
Operações com swap		-	-	-	-	-	
		1.860	-	145.000	146.860	145.000	
Banco do Brasil	108% CDI	962	-	75.000	75.962	75.000	
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	
		962	-	75.000	75.962	75.000	
FINEP	4,00% a.a	37	4.610	16.136	20.783	15.863	
(-) Custos de transação		-	(64)	(99)	(163)	(125)	
		37	4.546	16.037	20.620	15.738	
BNDES FINEM / FINAME 8	TJLP + 1,70% aa / TJLP +	675	1.039	208.190	209.904	153.705	
CEF / LPT 4	6% a.a.	171	-	8.123	8.294	-	
Outros	2,6% a.a	-	2	-	2	12	
Total moeda nacional		4.517	128.442	705.715	838.674	828.099	
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	2% a a /4,5% a a	1	1.509	2.535	4.045	5.161	
Operações com swap		-	(143)	(865)	(1.008)	(1.243)	
		1	1.366	1.670	3.037	3.918	
CITI 4131	Libor + 0,97% a.a.	34	-	36.418	36.452	38.188	
Operações com Swap		-	261	1.998	2.259	328	
Subtotal - CITI 4131		34	261	38.416	38.711	38.516	
Total moeda estrangeira		35	1.627	40.086	41.748	42.434	
(-) Garantias depósitos vinculados				(22.159)	(22.159)	(21.161)	
Total		4.552	130.069	723.642	858.263	849.372	

(a) Captações de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu, no trimestre findo em 30 de junho de 2014, o volume de R\$ 43.698 do BNDES para financiar parte

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos investimentos realizados em 2013 e 2014, provenientes do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos do BNDES e do Citibank preveem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BNDES Finem 7: Patrimônio líquido / Exigível total \geq 45%, Ebitda / Receita operacional líquida \geq 20%, Ebitda / Serviço da Dívida \geq 1,2, Ativo Circulante / Passivo Circulante \geq 0,4.

BNDES Finem 8: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	110.289	(66)	110.223	169.110	(127)	168.983
2016	166.065	(80)	165.985	154.859	(65)	154.794
2017	141.098	(35)	141.063	129.759	(26)	129.733
2018	134.526	(9)	134.517	125.568	(5)	125.563
2019	65.050	-	65.050	55.859	-	55.859
Após 2019	128.963	-	128.963	106.495	-	106.495
Total obrigações	<u>745.991</u>	<u>(190)</u>	<u>745.801</u>	<u>741.650</u>	<u>(223)</u>	<u>741.427</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(22.159)			(21.161)
Total			<u>723.642</u>			<u>720.266</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	8.555	195.337	-	39.100	242.992
Encargos	67.047	-	257	-	67.304
Variação monetária e cambial	-	-	271	1.433	1.704
Swap	12.035	(2.442)	158	(1.148)	8.603
Efeito cumulativo marcação a mercado	117	(74)	-	(865)	(822)
Transferências	110.303	(110.303)	1.544	(1.544)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(250.658)	-	(1.779)	-	(252.437)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.119	13.206	-	-	20.325
(-) Custos de transação	636	149	-	-	785
Saldo em 31 de dezembro de 2013	127.420	679.518	1.686	40.748	849.372
Ingressos	1.649	69.268	-	-	70.917
Encargos	31.267	-	330	-	31.597
Variação monetária e cambial	-	-	(122)	(2.610)	(2.732)
Swap	-	-	(1.399)	4.003	2.604
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	194	194
Transferências	64.266	(64.266)	2.249	(2.249)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(91.639)	-	(1.082)	-	(92.721)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(998)	-	-	(998)
(-) Custos de transação	(4)	34	-	-	30
Saldo em 30 de junho de 2014	132.959	683.556	1.662	40.086	858.263

15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	30/06/14			31/12/13	
					Encargos	Principal		Total	Total
					Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
4ª Emissão	Única	36.000	111,3% do CDI	13,9% a.a.	7.739	72.000	288.000	367.739	367.150
(-) Custos de transação					-	(676)	(570)	(1.246)	(701)
					7.739	71.324	287.430	366.493	366.449
Total					7.739	71.324	287.430	366.493	366.449

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura da 4ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos. Em maio de 2014 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, onde deliberou-se sobre a alteração do limite da relação Dívida líquida/EBITDA, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0, a partir do 1º trimestre de 2014 até o 1º trimestre de 2015;

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5, a partir do 2º trimestre de 2015 até o 1º trimestre de 2016;

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, a partir do 2º trimestre de 2016 até a Data de Vencimento das Debêntures.

O covenant EBITDA/Resultado Financeiro permanece com limite maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

(b) Garantias

Para a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/06/14			31/12/13		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2015	72.000	(250)	71.750	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(279)	143.721	144.000	(124)	143.876
2017	72.000	(41)	71.959	72.000	(18)	71.982
Total	288.000	(570)	287.430	360.000	(389)	359.611

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	103.750	359.299	463.049
Encargos	34.168	-	34.168
Amortizações e pagamentos de juros	(131.245)	-	(131.245)
(-) Custos de transação	165	312	477
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.838	359.611	366.449
Encargos	19.938	-	19.938
Transferências	72.000	(72.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.350)	-	(19.350)
(-) Custos de transação	(363)	(181)	(544)
Saldo em 30 de junho de 2014	79.063	287.430	366.493

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/06/14	31/12/13
Salários	5.205	5.943
Provisões férias e 13º salário	9.180	6.961
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	5.104	3.983
Provisão PLR	(a) 3.119	8.324
Outros	1.288	918
Total	23.896	26.129

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o trimestre findo em 30 de junho de 2014 é de R\$ 3.119 (R\$ 8.324 em 31 de dezembro de 2013).

17. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/06/14	31/12/13
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	3.803
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.171	629
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.035	1.198
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		517	599
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	16.449	17.082
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	21.399	18.939
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		395	375
Total		<u>44.769</u>	<u>42.625</u>
Circulante		18.325	18.625
Não circulante		26.444	24.000

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012 e 553/2013.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/14	31/12/13
Circulante		
Imposto de renda - IR	230	315
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	94.678	75.267
Programa de integração social - PIS	3.123	3.500
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	14.383	16.121
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.560	2.243
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	819	783
Imposto sobre serviços - ISS	1.327	1.739
Outros	6.076	6.315
Total	<u>122.196</u>	<u>106.283</u>

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de junho de 2014, é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2013	165
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Prescritos	(46)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>119</u>

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 12.913 classificadas no passivo circulante (R\$ 10.090 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 74.224 no não circulante (R\$ 58.227 em 31 de dezembro de 2013) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.154	43.111	1.052	68.317
Constituição	8.109	14.237	-	22.346
Baixas/reversão	(7.637)	(11.820)	-	(19.457)
Atualização	397	15.533	-	15.931
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>25.023</u>	<u>61.061</u>	<u>1.052</u>	<u>87.137</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				30/06/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia	3.150	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.150	3.287
	18.928	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.554	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	21.359	1ª, 2ª e 3ª	Provável	21.359	20.329
	129.085	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.307	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	514	1ª, 2ª e 3ª	Provável	514	538
	342	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	39	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>181.278</u>			<u>25.023</u>	<u>24.154</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/06/14	31/12/13
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	6.682	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.682	6.098
		3.053	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.743	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	3.726	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.726	3.705
		27.981	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		659	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	8.633	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.633	6.689
		72.419	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		7.395	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	8.659	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.659	7.230
		57.526	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.855	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		9.068	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.068	7.232
		34.732	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.121	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		21	1ª, 2ª e 3ª	Provável	21	19
		6.358	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		258	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		43	1ª, 2ª e 3ª	Provável	43	1
		4.822	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.955	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		3.481	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.481	3.127
		5.852	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		302	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		956	1ª, 2ª e 3ª	Provável	956	880
		9	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		20	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20	17
		2.820	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	19.772	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.772	8.113
		41.174	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.665	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		343.764			61.061	43.111

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(e) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Fiscaias	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/06/14	31/12/13
ICMS	(a)	131.713	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	1.216	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	383
		15.260	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.222	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		3.286	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL	(d)	2.316	1ª, 2ª e 3ª	Provável	179	179
		32.122	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.436	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		292	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		21.732	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(c)	18.920	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(d)	7.036	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		683.357	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.942	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		5.621	Administrativa	Possível	-	-
		150	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(e)	6.427	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		28	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>951.077</u>			<u>1.052</u>	<u>1.052</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa.

(a.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(a.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.5) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas incidente sobre aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(a.6) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(b) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(c) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d) IRPJ / CSLL

(d.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d.2) Possível – Autos de infração lavrados em 2007 e 2010, referente aos anos-calendários 2001 a 2008 e nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização. Os autos encontram-se aguardando julgamento do Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

(e) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Receita Federal do Brasil – RFB envolvendo diversos tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas e fiscais.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/06/14	31/12/13
Consumidores	(a)	14.660	13.359
Empregados - adiantamento acordo coletivo		21	20
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		-	-
Convênios		7.249	7.731
Caução em garantia	(b)	45.713	36.803
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		-	-
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	1.096	1.881
Adiantamentos recebidos	(d)	16.181	13.481
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	47.217	46.655
Outras		5.896	6.021
Total		<u>138.162</u>	<u>126.080</u>
Circulante		107.719	101.056
Não circulante		30.443	25.024

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.
- (d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 8 – Serviços em Curso).
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2014 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
Total	524.445	100,0	59.856	100,0	5.873	100,0	590.174	100,0

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 09).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia, no trimestre findo em 30 de junho de 2014, não apurou incentivo SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, em virtude de não ter apurado imposto renda calculado sobre o Lucro Real. Em 30 de junho de 2013, o valor apurado foi de R\$ 14.380.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

23. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses		
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	
Fornecimento de energia	(a)	585.819	487.491	1.059.468	943.993
Receita de distribuição		574.927	478.140	1.039.647	923.279
Remuneração financeira wacc		10.892	9.351	19.821	20.714
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	-	1.249	(1.563)	9.952
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	588.827	535.632	1.151.172	1.098.334
Receita de distribuição		577.815	525.326	1.129.559	1.074.022
Remuneração financeira wacc		11.012	10.306	21.613	24.312
Receita de construção da infraestrutura da concessão		73.569	73.217	165.498	135.717
Outras receitas	(d)	26.771	30.004	80.331	61.712
Total receita bruta		1.274.986	1.127.593	2.454.906	2.249.709
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(374.843)	(326.368)	(694.711)	(629.110)
Total receita operacional líquida		900.143	801.225	1.760.195	1.620.599

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Consumidores:						
Residencial	2.963.841	2.887.152	1.212.712	1.163.029	453.103	395.911
Industrial	11.837	12.278	387.828	343.122	136.677	109.830
Comercial	210.364	201.841	612.506	587.177	263.235	225.383
Rural	156.797	156.093	150.760	162.014	33.800	30.981
Poder público	23.129	22.267	175.754	169.730	68.628	60.502
Iluminação pública	5.311	5.257	108.126	102.121	28.570	23.224
Serviço público	3.262	3.066	160.654	154.628	39.539	32.565
Consumo próprio	287	253	3.052	3.325	-	-
Suprimento	18	19	-	-	121	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	31.608	(3.022)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(553.482)	(495.789)
	3.374.846	3.288.226	2.811.392	2.685.146	501.800	379.585
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	84.019	107.906
Total	3.374.846	3.288.226	2.811.392	2.685.146	585.819	487.491

	Ref.	Período acumulado de seis meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Consumidores:							
Residencial		2.963.841	2.887.152	2.433.385	2.301.248	872.269	812.496
Industrial		11.837	12.278	768.324	678.181	261.031	222.341
Comercial		210.364	201.841	1.208.872	1.169.856	496.646	461.335
Rural		156.797	156.093	311.788	333.417	66.350	65.384
Poder público		23.129	22.267	342.099	329.669	128.241	121.988
Iluminação pública		5.311	5.257	223.518	203.967	55.369	46.831
Serviço público		3.262	3.066	321.462	308.297	74.218	66.834
Consumo próprio		287	253	5.995	6.378	-	-
Suprimento		18	19	-	-	215	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	27.534	(10.777)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(1.080.099)	(1.012.914)
		3.374.846	3.288.226	5.615.442	5.331.013	901.774	773.518
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	157.694	170.475
Total		3.374.846	3.288.226	5.615.442	5.331.013	1.059.468	943.993

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2014

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.723 de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 15,99%, dos quais 14,05% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 1,94% aos componentes financeiros pertinentes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 17,75% (*).

Receita Anual (RA0)	<u>3.089.174</u>
Encargos Setoriais	197.727
Compra de Energia Elétrica	2.097.466
Transporte de Energia	85.598
Parcela A	<u>2.380.790</u>
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	<u>1.142.381</u>
Receita Requerida (Parcela A +B)	<u>3.523.171</u>
CVA e Neutralidade	<u>59.355</u>
Componentes Financeiros	<u>6.388</u>
Total Comp. Financeiros e Subsídios	<u>65.743</u>
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	14,05%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	1,94%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]	<u>15,99%</u>
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	<u>17,75%</u>

(*) Informações não revisadas.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2014 com vigência até 28 de abril de 2015.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	35.345	39.843	71.073	85.420
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	553.482	495.789	1.080.099	1.012.914
	<u>588.827</u>	<u>535.632</u>	<u>1.151.172</u>	<u>1.098.334</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas

	Período de três meses findos		Período acumulado de seis meses	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Renda da prestação de serviços	452	1.263	1.435	2.276
Arrendamentos e aluguéis	5.330	5.060	10.508	10.071
Serviço taxado	1.646	1.153	3.039	2.176
Taxa de iluminação pública	2.023	1.929	3.943	3.817
Administração de faturas de fraudes	366	221	675	435
Comissão serviços de terceiros	130	111	258	203
Multa infração consumidor	1.142	3.271	2.623	4.308
Ressarcimento Energia (1)	15.526	16.854	56.835	38.176
Outras receitas	156	142	1.015	250
	<u>26.771</u>	<u>30.004</u>	<u>80.331</u>	<u>61.712</u>

(1) Ressarcimento de energia ocorre para distribuidora quando da indisponibilidade e/ou geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

(e) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
IMPOSTOS:				
ICMS	(230.653)	(227.429)	(436.979)	(426.631)
PIS	(23.519)	(16.102)	(41.998)	(31.432)
COFINS	(108.353)	(73.399)	(193.454)	(144.067)
ISS	(515)	(405)	(915)	(836)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	-	(2.831)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.055)	(1.887)	(5.942)	(3.774)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	-	(5.189)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(3.874)	(3.470)	(7.712)	(6.904)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.550)	(1.470)	(3.084)	(2.978)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(775)	(736)	(1.542)	(1.489)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.549)	(1.470)	(3.085)	(2.979)
Total	<u>(374.843)</u>	<u>(326.368)</u>	<u>(694.711)</u>	<u>(629.110)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO**(a) Custo de Energia Elétrica**

	Período de três meses findo em				Período acumulado de seis meses findo em			
	MWh (*)		R\$ (mil)		MWh (*)		R\$ (mil)	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Energia comparada para revenda								
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	1.492.727	1.378.201	(341.237)	(219.247)	3.006.286	2.775.300	(685.765)	(659.947)
Energia adquirida contrato bilateral	851.760	851.760	(155.795)	(136.774)	1.694.550	1.694.550	(296.314)	(260.445)
Contratos por cotas de garantia física	868.666	866.416	(78.332)	(29.945)	1.800.515	1.730.317	(88.946)	(54.168)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	112.803	113.414	(16.827)	(15.429)	224.419	225.633	(33.654)	(30.858)
Energia curto prazo - MRE	-	-	(19.164)	(39.860)	-	-	(87.926)	59.552
Energia curto prazo (PLD)	112.150	103.774	(94.721)	(65.112)	238.363	325.324	(215.740)	(98.769)
PROINFA	62.634	61.063	(18.051)	(16.645)	121.898	121.249	(36.102)	(33.290)
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	17.068	(6.503)	-	-	23.087	(6.742)
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	-	90.258	10.862	-	-	204.697	81.877
Créditos de PIS e COFINS	-	-	71.899	50.013	-	-	127.406	89.759
Total	<u>3.500.739</u>	<u>3.374.627</u>	<u>(544.902)</u>	<u>(468.640)</u>	<u>7.086.031</u>	<u>6.872.374</u>	<u>(1.089.257)</u>	<u>(913.031)</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de rede básica	-	-	(20.029)	(16.295)	-	-	(40.387)	(32.808)
Encargos de conexão	-	-	(1.722)	(1.707)	-	-	(3.305)	(3.561)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	(2.603)	(1.616)	-	-	(5.689)	(3.263)
Encargo de serviço do sistema - ESS	-	-	(7.178)	2.207	-	-	(7.645)	(10.002)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	2.280	1.812	-	-	4.475	4.648
	-	-	<u>(29.252)</u>	<u>(15.598)</u>	-	-	<u>(52.551)</u>	<u>(44.986)</u>
	-	-	<u>(574.154)</u>	<u>(484.238)</u>	-	-	<u>(1.141.808)</u>	<u>(958.017)</u>

(*) Informações não revisadas.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/06/14			30/06/13	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(26.698)	(8.164)	(16.800)	(51.662)	(44.710)
Administradores	-	-	(1.521)	(1.521)	(539)
Entidade de previdência privada	(1.100)	(308)	(4.032)	(5.440)	(4.735)
Material	(4.811)	(88)	(379)	(5.278)	(3.746)
Combustível para produção de energia	8.739	-	-	8.739	(2.058)
Serviços de terceiros	(48.457)	(17.817)	(15.437)	(81.711)	(69.818)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.182)	-	-	(1.182)	(1.126)
Depreciação e amortização	(30.761)	(5.942)	(3.068)	(39.771)	(36.568)
Arrendamentos e aluguéis	(77)	(304)	(208)	(589)	(514)
Tributos	(322)	(92)	(41)	(455)	(262)
Provisões líquidas - PCLD	-	32.712	-	32.712	(10.289)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(51.229)	-	(51.229)	(14.181)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(4.211)	(4.211)	2.511
Provisões atuariais	-	-	(150)	(150)	1.512
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	1	1	2.467
Outros	(1.103)	(864)	(11.686)	(13.653)	(20.304)
Total custos / despesas	(105.772)	(52.096)	(57.532)	(215.400)	(202.360)

Custo / Despesas	Período acumulado de seis meses findos em				
	30/06/14			30/06/13	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(51.308)	(16.321)	(28.649)	(96.278)	(75.670)
Administradores	-	-	(2.141)	(2.141)	(1.080)
Entidade de previdência privada	(2.089)	(574)	(7.327)	(9.990)	(6.785)
Material	(7.173)	(169)	(624)	(7.966)	(5.948)
Combustível para produção de energia	2.851	-	-	2.851	(3.830)
Serviços de terceiros	(90.693)	(35.035)	(30.351)	(156.079)	(130.318)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.308)	-	-	(2.308)	(2.600)
Amortização	(61.274)	(11.884)	(6.180)	(79.338)	(73.371)
Arrendamentos e aluguéis	(178)	(682)	(507)	(1.367)	(1.066)
Tributos	(1.010)	(233)	(684)	(1.927)	(1.604)
Provisões líquidas - PCLD	-	35.712	-	35.712	(28.604)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(71.826)	-	(71.826)	(25.381)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(2.888)	(2.888)	2.895
Provisões atuariais	-	-	(300)	(300)	(1.021)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação	-	-	(26)	(26)	(1.030)
Outros	(1.705)	(1.635)	(20.854)	(24.194)	(30.011)
Total custos / despesas	(214.887)	(102.647)	(100.531)	(418.065)	(385.424)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Renda de aplicações financeiras	2.179	4.844	5.197	8.233
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	11.846	11.491	23.584	23.551
Variação monetária	3.562	8.553	13.255	17.263
Variação cambial	1.756	-	4.768	231
Operações swap	1.516	3.019	4.521	5.465
Receita Financeira da Concessão	(268)	4.270	6.043	4.748
Outras receitas financeiras	1.801	1.207	2.779	1.667
Total	22.392	33.384	60.147	61.158

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/14	30/06/13	30/06/14	30/06/13
Encargos de dívida	(24.540)	(22.649)	(49.941)	(44.639)
Variação monetária	(19.272)	(9.890)	(26.710)	(15.643)
Variação cambial	(543)	(609)	(2.036)	(620)
Operações swap	(3.582)	(17)	(8.796)	(297)
Multas regulatórias	(5.976)	(2.406)	(12.918)	(10.858)
Perda acréscimos moratórios	(304)	(357)	(552)	(781)
Previdência Privada	(7.564)	(15.295)	(15.128)	(23.535)
Outras despesas financeiras	(3.701)	(11.372)	(7.227)	(12.579)
Total	(65.482)	(62.595)	(123.308)	(108.951)

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	30/06/14			30/06/14			30/06/13			31/12/13					
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladas															
NEOENERGIA S.A.	(395)	-	-	57	1.130	1.187	(323)	-	-	-	-	-	-	345	345
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
COELBA	(2.268)	90	90	411	1.047	1.458	1.761	149	-	149	-	1.655	-	1.655	1.655
CELPE	-	-	-	-	-	-	-	-	374	374	-	-	-	374	374
COSERN	-	-	-	-	220	220	-	29	-	29	-	-	-	639	639
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	628	628	-	-	587	587	-	-	-	116	116
TERMOPERNAMBUCO S/A	(296.586)	-	-	90.197	253	90.450	(260.744)	-	-	-	-	79.634	1.697	81.331	81.331
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA GUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(1.362)	-	-	279	119	398	(1.294)	-	-	-	333	61	394	394	394
GOLÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(839)	-	-	172	140	312	(798)	-	-	-	205	38	243	243	243
GERAÇÃO CIII S.A.	-	-	-	-	99	99	-	-	-	-	-	-	39	39	39
RIO PCHI S.A.	(1.093)	-	-	224	207	431	(1.038)	-	-	-	267	61	328	328	328
BAHIA PCHI S.A.	-	-	-	-	238	238	-	-	-	-	-	-	65	65	65
SENARANDINA S.A.	-	-	-	-	60	60	-	-	-	-	1	-	1	1	1
GERAÇÃO CEU AZUL S.A.	(8)	-	-	1	60	61	(8)	-	-	-	-	-	3	3	3
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	61	61	-	-	-	-	-	-	97	97	97
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(2.788)	-	-	478	47	525	(2.638)	-	-	-	444	19	463	463	463
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	-	-	57	57	-	-	-	-	-	-	6	6	6
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(79)	-	-	18	254	272	(65)	-	-	-	17	91	108	108	108
ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA	-	-	-	-	294	294	-	-	-	-	-	-	106	106	106
CAPUAVA ENERGY LTDA.	-	-	-	-	107	107	-	-	-	-	-	-	43	43	43
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
CELPOS	(6.501)	-	-	1.877	121.590	123.467	(8.032)	-	-	-	2.611	257.217	259.827	259.827	259.827
	(31.919)	90	90	93.714	126.551	220.265	(273.179)	178	961	1.139	83.512	262.679	346.190	346.190	346.190
Controlado conjunto															
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(7.393)	-	-	1.514	562	2.076	(7.017)	-	-	-	1.806	246	2.052	2.052	2.052
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES S.A.	-	-	-	-	10	10	-	-	-	-	-	4	4	4	4
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	-	-	-	-	498	498	-	-	-	-	-	1.952	1.952	1.952	1.952
TELESPIRES PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	12	12	-	-	-	-	-	4	4	4	4
FE PARTICIPAÇÕES S/A	-	-	-	-	250	250	-	-	-	-	-	22	22	22	22
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	-	-	-	303	303	-	-	-	-	-	16	16	16	16
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(94)	-	-	16	113	129	-	-	-	-	16	15	31	31	31
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(80)	-	-	13	68	81	-	-	-	-	13	40	53	53	53
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(94)	-	-	16	105	121	-	-	-	-	16	41	57	57	57
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(87)	-	-	15	70	85	-	-	-	-	15	6	21	21	21
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(92)	-	-	15	104	119	-	-	-	-	15	7	22	22	22
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(63)	-	-	11	84	95	(59)	-	-	-	11	25	36	36	36
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(85)	-	-	14	88	102	-	-	-	-	14	45	59	59	59
CAETITÊ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	53	53	-	-	-	-	-	12	12	12	12
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(78)	-	-	13	115	128	(70)	-	-	-	13	23	36	36	36
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(78)	-	-	13	65	78	(71)	-	-	-	13	28	41	41	41
	(8.144)	-	-	1.640	2.500	4.140	(7.217)	-	-	-	1.932	2.486	4.418	4.418	4.418
Coligadas															
NORTE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENERGÉTICA CORUMBA III S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMARA BRASIL	(1.421)	-	-	1	-	1	(703)	-	-	-	190	-	190	190	190
Controladores															
BB - Banco de Investimentos S.A.	(2.841)	-	-	-	222.752	222.752	(19.338)	-	-	-	-	219.911	219.911	219.911	219.911
Outros minoritários	(2.841)	-	-	119	222.752	222.871	(19.338)	-	-	-	165	219.911	220.076	220.076	220.076
	(324.325)	90	90	95.474	351.803	447.277	(300.437)	178	961	1.139	85.799	485.076	570.874	570.874	570.874

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2014			30/06/2014			30/06/2013			31/12/2013					
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total
Receita	785	-	-	-	-	-	1.761	-	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	785	-	-	-	-	-	1.761	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa	(325.110)	-	-	-	-	-	(302.199)	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(307.753)	-	-	-	-	-	(270.793)	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(3.412)	-	-	-	-	-	(371)	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(4.603)	-	-	-	-	-	(3.664)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(7.840)	-	-	-	-	-	(24.551)	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição patronal	(1.502)	-	-	-	-	-	(2.819)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo	-	90	-	90	-	-	178	961	1.139	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	29	961	990	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	-	90	-	90	-	-	149	-	149	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	95.474	351.803	447.277	-	-	-	85.799	485.076	570.874	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	93.478	-	93.478	-	-	-	83.023	-	83.023	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	119	-	119	-	-	-	165	-	165	-	-	-
Outros passivos circulantes	-	-	-	1.877	344.342	346.219	-	-	-	2.611	477.128	479.738	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	7.461	7.461	-	-	-	-	7.948	7.948	-	-	-
	(324.325)	90	-	90	95.474	351.803	447.277	(300.437)	178	961	1.139	85.799	485.076	570.874	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato sem número com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis e Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n^{os} CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato n^{os} CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 – Contrato nº CCEAR 8318/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetitê 2 – Contrato nº CCEAR 8393/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caetité 3 - Contrato nº CCEAR 8408/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº CCEAR 8423/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 - Contrato nº CCEAR 8708/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 – Contrato nº CCEAR 8723/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 - Contrato nº CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 - Contrato nº CCEAR 8753/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 - Contrato nº CCEAR 8768/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

g) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% do CDI. Contrato BB AGRO 2 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

26.1 Remunerações da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 1.812 (R\$ 923 em 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas financeiras:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Em 30 de junho de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantido para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis adquiridos com vencimento acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap de moeda estrangeira para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Heito acumulado	
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		30/06/14	31/12/13	Valor a receber/recebido - a pagar/pago	
					30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13	30/06/14	
Contratos de swaps:												
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 276	EUR 288	RS 830	RS 928	980	1.033		
Passiva				72,5% do CDI			RS 698	RS 727	653	727		
									327	306	(12)	
Swap												
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 961	EUR 1.202	RS 2.890	RS 3.877	3.063	3.975		
Passiva				92% do CDI			RS 2.429	RS 3.037	2.383	3.037		
									680	938	57	
Swap												
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.018	USD 17.016	RS 37.482	RS 39.868	37.142	39.060		
Passiva				104,5% do CDI			RS 39.401	RS 39.388	39.401	39.388		
									(2.259)	(329)	(1.716)	
									(1.252)	915	(1.671)	

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflète as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 3.13 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	30/06/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	885.357	885.357	788.819	788.819
Contas a receber de clientes e outros	885.357	885.357	778.061	778.061
Recurso CDE	-	-	10.758	10.758
Mantidos até o vencimento	642	642	1.385	1.385
Títulos e valores mobiliários	642	642	1.385	1.385
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	12.754	12.754	156.298	156.298
Caixa e equivalentes de caixa	12.657	12.657	149.269	149.269
Títulos e valores mobiliários	97	97	7.029	7.029
Disponível para venda	398.974	398.974	356.549	356.549
Concessão do Serviço Público - Indenização	398.974	398.974	356.549	356.549
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	1.600.339	1.601.950	1.557.179	1.558.979
Fornecedores	417.333	417.333	383.793	383.793
Empréstimos e financiamentos	816.513	816.513	806.938	806.938
Debêntures *	366.493	368.104	366.448	368.248
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	41.748	41.748	42.434	42.434
Empréstimos e financiamentos	40.497	40.497	43.349	43.349
Citibank	2.259	2.259	328	328
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	(1.008)	(1.008)	(1.243)	(1.243)

* Valor de mercado é meramente informativo

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/06/14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	398.974	398.974
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	12.657	-	-	12.657
Títulos e valores mobiliários	97	-	-	97
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				
Citibank	-	36.452	-	36.452
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	-	4.044	-	4.044
Outros Passivos financeiros				
Derivativos não designados como hedge				
Citibank	-	2.259	-	2.259
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	-	(1.008)	-	(1.008)
	<u>12.754</u>	<u>41.747</u>	<u>398.974</u>	<u>453.475</u>

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 de junho de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de junho 2014 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 3.836 (R\$ 2.117, resultado negativo em 30 de junho de 2013).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar e do euro no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

								R\$ Mil
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
Dívida em Dólar								
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,2025	(37.476)	(224)	(280)	(337)	
Exposição Líquida			2,2025	(37.482)	264	330	396	
					40	50	59	
Dívida em Euro								
Swap Ponta Ativa em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,0150	(3.731)	(74)	(92)	(110)	
Exposição Líquida			3,0150	3.731	74	92	110	

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 30 de junho de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação da moeda estrangeira pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 174.646 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R\$ Mil							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	5,0%	24.813	1.178	884	589
Aplicações financeiras em SELIC	SELIC	Queda do Selic	5,0%	536	27	20	13
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	5,0%	589.314	32.231	40.289	48.346
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	5,0%	42.527	2.182	2.728	3.274
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	2,5%	390.140	14.188	16.627	19.065

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de junho de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 3.126, sendo R\$ 2.452 em fundos exclusivos e R\$ 674 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	30/06/14								Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 9 meses	2015	2016	2017	2018	2019	
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	857.010	(1.128.255)	(97.103)	(235.408)	(212.948)	(177.017)	(177.952)	(82.096)	(145.732)
Debêntures	366.493	(448.588)	(21.295)	(183.020)	(167.565)	(76.708)	-	-	-
Fornecedores	417.333	417.333	-	381.221	-	-	-	-	36.112
Passivos financeiros derivativos									
Não designados como hedge accounting:									
Citibank	2.259	(1.072)	1.910	3.696	3.503	2.947	(13.129)	-	-
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	(1.008)	(1.345)	(94)	(350)	(255)	(9)	(22)	(36)	(578)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	<u>30/06/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	12.657	149.269
Títulos e valores mobiliários	97	7.029
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.465.166	1.393.581
Recurso CDE	-	10.758
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	642	1.385
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	398.974	356.549

(*) valor bruto não considerando PCLD

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas n^{os} 14 e 15).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

28. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 30 de junho de 2014, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 10.210 (R\$ 16.155 em 31 de dezembro de 2013).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	14.393	13.809	121.590	123.478
	<u>14.393</u>	<u>13.809</u>	<u>121.590</u>	<u>123.478</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	140.060	133.668
Participação ativos	1.364	2.514	-	-
Desligados PDV	601	8	64	71
	<u>1.965</u>	<u>2.522</u>	<u>140.124</u>	<u>133.739</u>
Total	<u>16.358</u>	<u>16.331</u>	<u>261.714</u>	<u>257.217</u>

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recebimento de recursos de Subvenções/Subsídios Governamentais (NE 4, item (d)):

Em 31 de julho de 2014 a Companhia recebeu o montante de R\$ 17.765, referente à Subvenção à subclasse residencial baixa renda do mês de maio de 2014.

A ELETROBRÁS efetuou repasse a Companhia no montante de R\$ 16.818, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, da seguinte forma:

- Em 17 de julho e 23 de julho de 2014, R\$ 6.475 e R\$ 1.934, respectivamente, referente ao mês de janeiro de 2014;

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em 11 de agosto de 2014 R\$ 8.409 referente ao mês de fevereiro de 2014.

b) Recebimento de recursos de Empréstimos e Financiamentos

Em 29 de julho de 2014 a Companhia recebeu o montante de R\$ 31.345 mil para financiamento de investimentos realizados em 2014, proveniente do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013 e julho de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) , assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 14 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” PE

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0